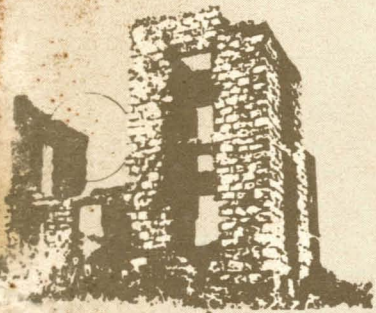


# O passado agoniza no Espírito Santo



## REVISTA

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES  
ANO II - Nº 4 - OUTUBRO/DEZEMBRO DE 1979 - VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO



PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO



# REVISTA

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

ANO II – TRIMESTRAL  
VITÓRIA – ESPÍRITO SANTO

Registrada sob número 1854 – P. 209/73,  
na Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal de Brasília (DF).

## CONSELHO EDITORIAL

Sebastião José Balarini – Antonio Luiz Borjaille – André T. Abe – Fernando B. Bettarello – Roberto da Cunha Penedo – Carlos Alberto F. Perim – Carlos Caser – Arleida P. Badke – Antonio Carlos Carpinteiro – Antonio Luiz Caus.

## DIRETOR EXECUTIVO

Fernando Lima Sanhotene

## SECRETÁRIA EXECUTIVA

Regina Maria Monteiro

## CAPA E PROGRAMAÇÃO VISUAL

Ivan Alves Vieira Filho  
Octavio Kucht

## REDAÇÃO

Avenida Cesar Hilal, 437 – 1º andar  
– Vitória - ES – Telefone: 227-5044

## DIAGRAMAÇÃO, COMPOSIÇÃO, MONTAGEM E IMPRESSÃO

Fundação Ceciliano Abel de Almeida  
– Campus Universitário de Goiabeiras  
– Telefone: 227-5164

## FOTOLITO

Traçolito Ltda.

## DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA

- Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.
- Colaborações, em forma de artigos, ensaios ou resumos bibliográficos, são aceitos se encaminhados ao Diretor Responsável.

## CONTATO COMERCIAL

Assinaturas – (anual – Cr\$ 80,00)  
No endereço da redação, com a Secretária Executiva.

# FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

## ÓRGÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO ESPÍRITO SANTO

Criada pela Lei Estadual  
3043 de 31 de dezembro de 1975

## OBJETIVOS

- Programar e implementar pesquisas de apoio ao Governo Estadual na elaboração de seus programas de desenvolvimento;
- formular diagnósticos, realizar estudos e promover a elaboração de planos e programas de desenvolvimento urbano e regional;
- manter um sistema de informações sócio-econômicas na área de sua atuação;
- formar recursos humanos voltados para o estudo e a pesquisa aplicados à realidade capixaba.

DIRETORIA

Diretor Superintendente  
Sebastião J. Balarini

Diretor Técnico  
Antonio L. Borjaille

# ÍNDICE

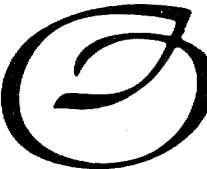
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
BIBLIOTECA

Patrimônio ambiental: aspectos na Grande Vitória	5
Igreja e Residência dos Reis Magos: uma proposta de utilização	12
A queda do Porto de São Mateus	15
Fortificações: um legado esquecido	17
Sítios arqueológicos e acervo pré-histórico no Espírito Santo	19
Maria Stella de Novaes: consciência e crítica	21
A atuação do IPHAN no Espírito Santo	24
Patrimônio: o difícil caminho da preservação	30
Em defesa de nosso Patrimônio	33
Apropriação cultural: uma questão ideológica	34
Vida nos arquivos capixabas	35
Lista bibliográfica	38



Foto capa: Rogério Medeiros

# CARTA DO EDITOR

 *Espírito Santo está ameaçado de ficar sem memória. A documentação, a contribuição arquitetônica, o legado indígena, as artes, enfim, as manifestações culturais agonizam de forma inexorável. O patrimônio ambiental e natural não sobreviverá se não for apreciado pela comunidade, notadamente pelas novas gerações. O objetivo desta edição é alimentar os esforços para o despertar de uma consciência do valor das expressões culturais de cada época. A luta em favor da preservação do patrimônio cultural e da identidade do povo espírito-santense é de todos nós, norteados pela necessidade constante de entendimento de nossa realidade e do processo histórico que lhe deu origem. É essencial a conscientização da nova geração e a incorporação de todos os segmentos da comunidade no sentido de evitar a destruição do patrimônio cultural e natural em processo no Estado.*

FLS

# Patrimônio ambiental: aspectos na Grande Vitória

Fundação Jones dos Santos Neves

O legado de bens culturais, históricos e artísticos e o potencial de recursos naturais da Grande Vitória estão ameaçados de extinção, devido ao rápido processo de industrialização e de urbanização desencadeados na região nas últimas décadas. Ambos os processos tem comprometido o patrimônio ambiental urbano, mais suscetível à renovação urbana, pelo fato de ser explorado de forma exaustiva sem que hajam programas de proteção, recuperação ou correta avaliação do potencial existente e de seu papel na manutenção das condições ambientais. Por isso, a necessidade de intervenção no espaço físico, social e cultural da região de Vitória levou a Fundação Jones dos Santos Neves a elaborar o *Plano de Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano e Natural da Grande Vitória*, concluído em agosto de 1978.

O trabalho visa o enquadramento da região de Vitória no Programa de Cidades Históricas, através de subsídios à elaboração de programas de restauração, revitalização e utilização do patrimônio existente, além da formação de um arquivo que auxilie em futuros projetos de intervenção. Procura, ainda, despertar a consciência da existência de um patrimônio cultural e natural local, através de programas de divulgação junto à população, constituindo-se num alerta às autoridades municipais, estaduais e federais para a problemática que está sendo vivida pela Grande Vitória, principalmente quanto aos riscos de destruição irreversível a que está sujeito o patrimônio, a curto espaço de tempo, devido à rapidez das transformações físico-espaciais e sócio-econômicas que tem ocorrido.

## Conceito

A conceituação inicial do patrimônio, mantida até três décadas atrás, abrangia somente os elementos com signi-



Vitor Hugo Nogueira

Convento São Francisco — Vitória

ficativo valor histórico ou artístico e de valor excepcional, considerados isoladamente. Mas esse pensamento sofreu ampliações, adquirindo um caráter mais abrangente, chegando a atingir diversas manifestações culturais. Mais recentemente, organismos estrangeiros e nacionais tem reformulado o conceito de bem cultural que vem perdendo seu caráter de excepcionalidade pela representatividade. A nova abordagem não exclui, em hipótese alguma, os bens culturais excepcionais, mas transcende a obra isolada abrangendo também os espaços da cidade com destaque representativo nos aspectos históricos, culturais, formais, sociais, técnicos e afetivos.

Essa visão de conjunto deve orientar a preservação dos bens culturais e arquitetônicos, cujo relacionamento determina a leitura da cidade. O

correto seria preservar manchas arquitetônicas de várias épocas, ciclos econômicos e classes sociais da cidade. Desta forma, o plano se preocupa, não somente com a mera preservação de edificações, mas, também, com a trama de interações que lhe confere vitalidade e importância, transformando-o num patrimônio vivo.

O plano prevê a preservação de ruas, praças, parques, jardins, bairros, praias e espaços culturais ou de afetividade à população da cidade, bem como o potencial mais significativo de recursos naturais existentes na região, como os recursos hídricos, a cobertura vegetal de determinadas áreas, morros, afloramentos rochosos, ilhas e manguezais.

## O legado

O legado de bens culturais existentes na região remonta ao ano de 1535, da



Edifício Glória — Vitória

Vitor Hugo Nogueira



Solar Monjardim — Vitória

ta da fundação da Capitania do Espírito Santo. A região possuía expressivo patrimônio natural, apresentando um dos ecótipos mais ricos do Brasil. Apresentou crescimento extremamente lento até fins do século passado, devido à instabilidade político-administrativa e à deficiência de comunicações a que esteve confinada. Dos municípios levantados, é a capital, Vitória, a que apresenta legado mais significativo. Fundada em meados do século XVI, com implantação típica lusitana, em sítio elevado dominando o mar, apresentou seu desenvolvimento intimamente ligado às condições físico-espaciais do sítio, cuja expansão se fez através da conquista sucessiva de zonas alagadiças, baixios, manguezais e aterros de áreas de mar.

Na passagem para o atual século, com o processo imigratório e conseqüente desenvolvimento da hiterlândia do rio Santa Maria da Vitória, a função portuária ganha novo impulso, constituindo-se, até os dias atuais, numa das principais atividades econômicas da cidade. A cultura do café e o desenvolvimento das comunicações marítimas, fluviais e ferroviárias do início do século geraram transformações significativas na economia regional, tendo reflexo nas cidades através da ampliação da malha urbana e remodelação dos setores mais antigos com abertura e retificação de vias e demolição de

grande parte do casario existente. Porém, é a partir da década de 60, com a erradicação do café e subseqüente migração maciça do campo que começam a se processar as alterações mais significativas na região, agravando-se a partir dos anos 70, devido ao impacto ambiental causado pelo contingente populacional que afluíu para a região e pela industrialização, através da implantação dos grandes projetos.

Dos bens culturais e arquitetônicos remanescentes dos períodos anteriores da urbanização, encontram-se mais ameaçados aqueles localizados nos centros das cidades, por situarem-se nas áreas mais dinâmicas e, portanto, os primeiros setores sujeitos à renovação urbana.

A grande concentração nas áreas centrais obriga altos investimentos em infra-estrutura por parte do poder público, além dos aumentos sucessivos do valor do solo nessas áreas. Isso acaba criando pressões no sentido de ocupar toda e qualquer parcela de espaço vago e tirar o máximo rendimento possível através do aumento das áreas construídas para a revenda.

A especulação imobiliária, as pressões advindas da imposição de um sistema viário que comporte número crescente de automóveis e a falta de tradição no que concerne à preservação dos bens

culturais, configurou a destruição paulatina e gradativa do patrimônio histórico e ambiental urbano.

Os mecanismos para garantir a preservação do patrimônio ambiental urbano não poderão se restringir somente ao tombamento, o que não proporciona eficiência na abordagem de amplas superfícies de transformação. É necessário serem acionados outros instrumentos, como a auto-preservação-estimulada por parte dos próprios proprietários através de incentivos fiscais, controle de urbanização e renovação urbanas; o uso de leis mais amplas em planejamento urbano e a participação da sociedade civil nas decisões de projetos de desenvolvimento urbano.

### Compatibilização

Coloca-se, ainda, a questão de como compatibilizar crescimento econômico e qualidade de vida, ou seja, orientar desenvolvimento urbano de forma que não contribua para a destruição dos componentes mais substanciais da cultura de qualquer povo: seus elementos constitutivos e suas maneiras de ser. Sob ponto de vista sociológico, parece haver um consenso de que o meio-ambiente será mais rico quanto mais diversificação contiver, seja pelo acúmulo histórico, seja pelas criações contemporâneas. Daí então, valorizar-se-á com maior ênfase

aquilo que não poderá mais ser reproduzido, visando salvar o pouco remanescente, a fim de evitar a formação de uma cidade sem história, de um povo despojado de seu mais alto valor de identidade nacional — seu patrimônio cultural.

Quanto ao patrimônio natural, o Estado do Espírito Santo possuía 90% de sua área primitiva em matas tropicais atlânticas, matas altas da restinga, e matas dos tabuleiros terciários. Hoje, o total dessas formações vegetais, as quais demoraram milhares de anos para se formar, não atinge 2% de sua área atual. Observa-se uma transformação do meio ambiente até há poucas décadas inimaginável e que poderá ter caráter sombrio para as gerações futuras que aqui tenham de viver. Proteger o patrimônio natural não significa apenas preservacionismo utópico e dissociado do crescimento humano, mas tomar medidas que possam evitar tragédias futuras para o meio ambiente ao qual o homem se encontra irreversivelmente ligado.

Na parte que toca à preservação do patrimônio natural, é urgente a conscientização da população e do poder constituído no sentido de evitar novas interferências e tentar minimizar as interferências já realizadas.

### Metodologia

Foram adotadas, para a realização

do trabalho, três diretrizes básicas para levantamento do espaço urbano e natural: levantamento dos espaços edificados, levantamento de espaços abertos e levantamento de elementos do patrimônio natural. Após o levantamento da história local da cidade, uma primeira abordagem de evolução urbana, elaborou-se uma listagem de edificações e dos principais espaços edificados a serem preservados, classificados segundo os grupos de historicidade, caracterização, conservação, representatividade, raridade e valores culturais e paisagísticos. Também uma listagem dos principais espaços abertos de uso coletivo dos centros urbanos, compreendendo ruas, praças, largos, parques, etc. com recomendações de revalorização e integração entre os diversos espaços.

Entre as edificações a serem preservadas, destacam-se o Palácio Anchieta, a Escola Maria Ortiz, o prédio da Assembleia Legislativa, Igreja São Gonçalo, Igreja Santa Luzia, Teatro Carlos Gomes, Hotel Europa, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Bar Britz, Bar Santos, Forte São João, todos no município de Vitória. Já em Vila Velha, devem ser alvo de preservação o Convento da Penha, Igreja do Rosário, Igreja da Barra do Jucu, Farol de Santa Luzia, entre outras. No município da Serra, destacam-se como elementos de preservação a Igreja de São Benedito, a Igreja de Queimados,

o Conjunto dos Reis Magos e outras. Em Viana, devem merecer atenção a Igreja Matriz, a Estação Ferroviária, a Igreja de Belém e uma casa colonial no distrito de Bonito.

Enquanto isso, o patrimônio natural de Vitória deve constituir-se do Penedo, Maciço Central, Afloramentos Rochosos, Mangues e outros. Em Vila Velha o morro da Ponta da Fruta, os mangues de Aribiri, Lagoa de Jabaeté, Outeiro da Penha, Morro do Moreno, etc. Já no município da Serra devem merecer atenção a orla marítima, as lagoas Capuba e Jacuném, o Mestre Alvaro, o Morro dos Reis Magos e a lagoa Carapebus.

### Uma volta ao passado

Foi em 23 de maio de 1535 que Vasco Fernandes Coutinho aportou na costa do Espírito Santo, acompanhado por 60 pessoas, numa pequena praia entre os morros da Penha e Jaburuna; na entrada da baía de Vitória. No local edificaram pequena aldeia de casas cobertas de palha, que passou a ser conhecida como Vila do Espírito Santo. Mas as sucessivas lutas com os indígenas ocasionou a mudança da vila para um local que oferecesse maior proteção.

O local escolhido foi junto à extensa montanha da ilha de Vitória, em um curto espigão da face sul, com parte alta a 20/25 m. acima do nível do mar, mais

Vitor Hugo Nogueira

Uso constante:  
a melhor forma  
de preservar





ou menos ondulada, com extensão pouco superior a 80.000 m<sup>2</sup> cercado de encostas fortemente inclinadas e limitado por manguezais distando mais de uma légua da entrada da baía da Vitória.

A ilha pertencia a Duarte Lemos e, na carta de doação, estava vetada a faculdade de fundar vila ou povoado em Vitória. Da fazenda de Duarte, na ilha de Vitória, supõe-se que faça parte a Capela de Santa Luzia, hoje restaurada e transformada em galeria de arte. O prédio apresenta nítida influência barroca no frontão, possivelmente alterado no século XVIII, e também a ala lateral da nave da Capela.

A data de fundação da cidade de Vitória não é exata, porém ocorreu no período 1549/51, variando segundo alguns autores. Até meados de mil e setecentos, a Companhia de Jesus tem papel fundamental na fundação de aldeias e na catequese aos índios. As fazendas eram especializadas em atividades específicas e serviam para abastecer a sede de Vitória. As aldeias, fundadas no século XVI, hoje transformaram-se nas cidades de Itapemirim, Guarapari, Anchieta e Nova Almeida. A aldeia de Reis Magos (Nova Almeida) é a única do Estado que conserva o traçado urbanístico das aldeias jesuítas.

## Vitória

A cidade se desenvolveu segundo modelo medieval, com ruas tortuosas e estreitas, seguindo a topografia do terreno. Na paisagem, se destacava o Colégio Jesuíta, pelas dimensões e local de implantação; em frente à igreja de Misericórdia, edificada no início do século XVII, ligada por viela estreita e tortuosa à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória. Numa pequena elevação, na periferia da Vila, foi edificado o Convento de São Francisco, compreendendo a igreja, o convento e um amplo patio interno; o Convento do Carmo, com Capela da Ordem Terceira que, segundo Saint-Hilaire, pertencia a uma belíssima fazenda. Ambos os conventos possuíam extensos pomares.

Enquanto a arquitetura religiosa construía sólidas edificações para a posteridade, a arquitetura civil caracterizava-se pela transitoriedade e simplicidade, que poderia ser descrita da seguinte forma:

- as casas, na maioria terreas, pos-

suíam pouquíssimas aberturas; as janelas, de guilhotina, possuíam escuros sem venezianas e eram fechadas por tramelas de madeira;

- o cômodo da frente era utilizado para receber, no corpo central as alcovas e nos fundos a sala de jantar, normalmente avandada;
- a cozinha e o banheiro ficavam separados do corpo da casa.

O século XVIII se caracterizou, na Província, pelo isolamento, pelo lento desenvolvimento e pelo militarismo. Com a descoberta de ouro na Capitania de Minas Gerais, a Coroa tomou medidas de prote-



Victor Hugo Nogueira

ção à região aurífera proibindo no Espírito Santo o comércio com o exterior e outras capitanias e a construção de estradas de penetração no interior. A cidade de Vitória foi fortificada por se constituir em ponto estratégico de penetração. Essa situação de dependência agravou-se em meados do século, com a expulsão dos jesuítas e a desativação das aldeias e fazendas.

Durante esse século, recebeu intenso aparato militar. Numa extensão pouco superior a um quilômetro, foram construídas e reaparelhadas as seguintes fortalezas: a de São João no estreitamento da baía defronte ao Penedo; o fortim S. Diogo, na praiha junto ao Largo da Conceição; a de Nossa Senhora do Monte Car-

mo, próxima a Avenida Jerônimo Monteiro, na altura dos Correios e Telegrafos a S. Inácio ou S. Maurício, próximo aos Cais dos Padres, na confluência das ruas General Osório e Nestor Gomes; e o fortim da Ilha do Boi, na entrada da baía. Das fortalezas resultou apenas parte da muralha do forte S. João e onze canhões.

Em fins do século, a economia foi ativada com a abertura das relações comerciais, através do restabelecimento das ligações marítimas com o Rio de Janeiro, Bahia e outros portos menores. Exportava-se madeira, açúcar, panos e algodão e importava-se vinhos, azeite, linhas e sedas.

O advento do café, as imigrações e outras transformações que se processaram no Estado, no decorrer do século XIX, possibilitaram uma série de transformações na Capital, que resultaram na modificação da estrutura urbana colonial existente. Se num momento a cidade oferecia condições desejáveis de segurança aos habitantes, no futuro, apresentaria condicionantes graves em relação à necessidade de transferência de sítio.

A dificuldade de áreas urbanizáveis para expansão fez com que a cidade crescesse sobre si mesma, resultando na sobreposição dos tecidos urbanos de diferentes épocas e na expansão em terras conquistadas dos baixios, mangues e mar.

Até fins do século XIX, a cidade teve crescimento extremamente lento não passando do núcleo inicial de povoamento, limitada a oeste pelo mangue do Campinho e a oeste pelo Largo da Conceição. As ruas eram mal calçadas e frequentemente enlameadas pelas águas servidas. Os principais melhoramentos executados a partir de 1892, por Muniz Freire, constituíram-se no início dos aterros do Campinho, do Largo da Conceição na retificação parcial da área junto ao Porto. Essas obras foram concluídas na década seguinte onde foram edificado na área do aterro do Campinho, o Parque Moscoso, e no aterro da Conceição a Praça Costa Pereira.

Através da atividade comercial mantida com as Colônias e com outros Estados, a cidade se dinamizou e o Porto começou a adquirir vida. Nele podia ser observado intenso movimento de barcos e barcaças, onde eram comercializado café, madeira, frutas, cereais e linha.

Se, durante todo o período colo-



nial, a cidade esteve voltada sobre si mesma, onde as relações se desenvolviam em caráter local, a nova fase faz com que a cidade abra-se para os espaços externos. A área mais dinâmica, que se localizava na parte alta, deslocou-se para a parte baixa, junto ao porto. A cidade vestiu nova roupagem, através de novas edificações ou reformas nas existentes. Até o início do século XX, a imagem da cidade conservava suas características paisagísticas e culturais sem grandes alterações. Dando prosseguimento às obras de melhoramentos urbanos, houve renovação no núcleo antigo da cidade através da retificação e ampliação das vias, o que resultou na demolição de grande parte do casario existente e na transformação do traçado colonial.

A ampliação e remodelação do aparelho político-institucional ocasionou: a remodelação/descharacterização do Palácio Anchieta, com a demolição da igreja de São Tiago, e reconstrução da estrutura interna da edificação e revestimento das fachadas com motivos neo-clássicos e neo-barrocos e a construção do pórtico e do acesso principal da Misericórdia para ser edificado o Palácio Domingos Martins (Assembleia Legislativa); a Catedral em estilo neo-gótico substituiu a velha Igreja Matriz; o Mercado Público foi demolido e o Edem Parque cortado ao meio para a implantação da Avenida Capixaba, atual Jerônimo Monteiro.

Da mesma forma que as edificações, os espaços de uso social, as ruas, as praças, largos e escadarias foram transformados. Assim, a escadaria do Palácio, de linhas retas e simples, recebe traço neo-barroco de linhas curvas. A praça João Clímaco, principal espaço cívico da cidade, foi remodelada, recebendo traçado art-nouveaux, ocasião em que foi demolido o coreto, local onde aconteciam concertos musicais e outras atividades sociais.

As obras de melhoramentos, iniciadas em fins do século passado e que tiveram continuidade até fins da década

de 20, transformaram radicalmente a cidade de Vitória. Com as transformações, o traçado colonial foi ampliado e remodelado para dar lugar às novas vias. Quarteirões inteiros de edificações, na cidade alta, foram demolidos, desaparecendo assim inúmeros exemplares das edificações de taipa. Hoje é possível encontrar-se alguns remanescentes dessas edificações na rua Muniz Freire, uma vez que foi conservado o seu traçado original.

Nos anos 20, foram retomadas as obras de melhoramentos que compreem-

as ladeiras mais íngremes. Foi, no período 1924/1928, construída uma ponte ligando Vitória a Ilha do Príncipe e ao continente. De ferro, pré-moldada, importada da Alemanha.

Com o crescimento da cidade em direção ao mar, manguezais e baixios, a paisagem se modificou sensivelmente. Devido aos aterros foram alterados os limites da cidade, eliminando inúmeras praias e ligando ilhas e afloramentos rochosos que, na parte central, se tornaram mais lineares, diminuindo assim a integração entre água e terra.

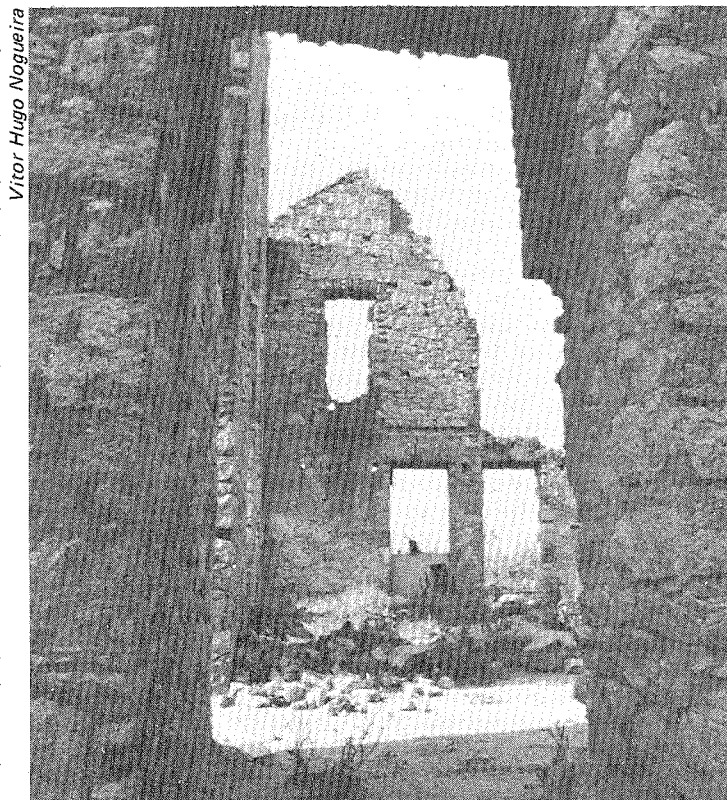
Em 1941, foram construídos os diques guias que ligavam as ilhas do Boi, do Sururu e do Bode e, em 1946, começou a funcionar o Cais Comercial para navios de grande calado, com a dragagem do canal de acesso.

Em 1952, com a conclusão do aterro da Esplanada, transformou-se de maneira definitiva o perfil do centro urbano. Da curva do Saldanha da Gama à Ilha do Príncipe, as avenidas, os armazéns e o cais do Porto romperam a integração direta da cidade com a baía.

Nos anos 50, os edifícios ainda eram esparsos, restringindo-se ao centro da cidade e a tal ponto desejáveis que a inauguração de um novo prédio se constituía num evento social da cidade. Mudanças mais significativas ocorrem a partir dos anos 60 e, principalmente, na década de 70.

Dos diversos setores da área central da cidade é a parte alta, o núcleo histórico que apresenta maior número de edificações dos períodos anteriores de urbanização.

Ainda existem, do século XVI, a Igreja Santa Luzia, o Palácio Anchieta e o Convento São Francisco. Do século XVII, o Convento do Carmo e do século XVIII a igreja São Gonçalo e a Igreja do Rosário. Algumas edificações de arquitetura popular, próximas a Catedral e na rua Muniz Freire são os últimos remanescentes das edificações de taipa do século XVIII e XIX. Com exceção das igrejas, a maior parte dessas edificações encontram-



Edificação jesuíta — Ilha do Frade — Vitória.

deram os aterros dos bairros São João, da Ilha de Santa Maria e de Jucutuquara, Maurípe, Bombas e Goiabeiras. Foram retomadas as obras de saneamento e serviços urbanos iniciadas na década de 1900/1910. Foi dada continuidade à demolição maciça de casas velhas e insalubres, retificação de ruas, ampliação dos serviços de água, esgotos pluviais, limpeza pública. Foram construídas escadarias na parte alta da cidade, substituindo

se descaracterizadas pelas diversas obras de remodelação que foram executadas. Os dois exemplos mais nítidos de descaracterização são o Convento São Francisco, alterado pelas demolições e inserção de um volume desarmônico ao conjunto e o Palácio Anchieta, que, do antigo Colégio Jesuíta, possui somente as grossas paredes de alvenaria de pedra.

Constituem ameaça ao patrimônio, ainda, as demolições, sendo mais atingidas as residências, últimos remanescentes da arquitetura popular. O desuso também pode se constituir em ameaça às edificações que, quando são abandonadas ou sub-habitadas, deterioram-se em curto espaço de tempo. O mesmo pode observar-se em relação aos exemplares de arquitetura religiosa, que passam a maior parte do tempo fechadas.

A renovação de diversos setores vem sendo feita sem um plano urbanístico adequado que vise ordenar o antigo traçado e edificações, com as novas edificações e vias de circulação. Desta forma, o acervo do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade está sujeito a desaparecer definitivamente.

A ocupação do restante da ilha é relativamente recente e apresenta-se pouco significativa em elementos de patrimônio histórico e artístico, porém sua maior contribuição é ao patrimônio natural devido às condições paisagísticas e ecológicas de excepcional valor que apresenta a ilha de Vitória.

### Vila Velha

Embora tenha havido transferência, para a ilha de Vitória, do principal núcleo de residências da pequena vila, fundada em 1535, ainda persistiu a tendência de crescimento da vila fundada entre os morros da Penha e Jaburuna. Ainda no século XVII, foi construído, na entrada da baía de Vitória, o forte S. Francisco Xavier, de planta circular, junto ao morro da Penha. No século XIX foi fundada a Santa Casa de Misericórdia de Vila Velha e a Hospedaria de Imigrantes, durante o processo de imigração. Na Ponta de Santa Luzia foi edificado, em 1971, o Farol de Santa Luzia, para apoio à navegação.

Até o início do atual século, Vila Velha apresentou crescimento extremamente lento. A cidade não se estendia além do núcleo inicial de fundação. A li-

gação com Vitória era feita através da linha de barcos, fazendo percurso: Vitória, Paul, São Torquato e Vila Velha.

Na década de 30, com a construção da estrada de Vila Velha, após a ligação de Vitória com o Continente através da Ponte Florentino Avidos, em 1928, aumentou a população daquela cidade. O crescimento urbano se manteve lento até a década de 50. O centro urbano não se estendia muito além da atual Av. Champaign. A Praia da Costa era desabitada e coberta de vegetação de restinga. A construção da rodovia Carlos Lindemberg, nos anos 50, induziu outro eixo de expansão urbana com o surgimento dos bairros de Cobilândia e Ibés e a expansão do bairro da Glória, no outro lado da rodovia.

As transformações mais significativas se processaram na cidade somente a partir da década de 60, com as modificações sócio-econômicas que ocorreram no Estado, com a erradicação do café.

Vila Velha caracteriza-se como centro secundário, dependendo em alto grau de comércio, serviço especializado e da oferta de empregos que oferece Vitória, caracterizando-se como cidade predominantemente residencial.

No município de Vila Velha destaca-se com maior ênfase o patrimônio natural. Quanto ao Patrimônio Histórico, não apresenta expressivo legado histórico e arquitetônico em número de obras, destacando-se, dentre as poucas edificações existentes, como principais, o Convento da Penha e a Igreja do Rosário.

É importante ser preservado o núcleo histórico da cidade, com ambiência nos monumentos existentes, e dar ênfase ao Patrimônio Natural, através de planos que visem a ocupação ordenada, com parâmetros compatíveis com a qualidade ecológica e paisagística que possuem e traçar recomendações de proteção à orla marítima, que se constitui num dos principais potenciais para o uso do turismo e lazer.

### Serra

O município de Serra localiza-se ao norte da região de Vitória, com o povoamento datando do início do século XVI. Compreende atualmente os distritos da sede, Nova Almeida, Carapina, Calogi e Queimado. Além desses distritos destacam-se os balneários de Cara-

pebus, Manguinhos e Jacaraípe com ocupação posterior a 1920. As transformações mais significativas se processaram no município a partir do século XX, principalmente após os anos 50.

Na década de 70, consolidou-se a ocupação do planalto de Carapina e o desenvolvimento dos balneários, a uma taxa de crescimento populacional, em sete anos, que chegou a duplicar a população do município.

A sede possui a função político-administrativa e apresenta crescimento muito lento, o que lhe permitiu manter características urbanas do século passado e início deste praticamente sem alterações.

A orla marítima caracteriza-se pela predominância de atividades turísticas e de lazer, enquanto a atividade residencial transitória tende a assumir caráter de permanência.

Próximo à Serra, destaca-se o Mestre Álvaro, a principal montanha da região que se constitui num importante marco de orientação e de paisagem, apresentando biótipo muito raro devido à altitude e proximidade do mar.

A sede do município foi fundada pelos jesuítas no ano de 1558 junto à montanha Mestre Álvaro, denominada inicialmente de aldeia Nossa Senhora da Conceição. O sítio onde está implantada a cidade é praticamente plano, destacando-se, ao fundo, o Mestre Álvaro. Destaca-se na cidade a Igreja Matriz, edificada possivelmente no século XVII, porém completamente descaracterizada pela inserção de volumes anexos e elementos decorativos.

A cidade conserva muito de seu aspecto bucólico. A maior contribuição para o patrimônio histórico são as edificações de arquitetura popular, remanescentes dos períodos anteriores de urbanização, que se apresentam com poucas alterações.

### Nova Almeida

Foi fundada pelos jesuítas, recebendo a denominação de Santo Inácio dos Reis Magos, em 1558, localizando-se junto à foz do rio Reis Magos. Destacou-se como uma das mais importantes aldeias de catequese do Estado. Implantada numa colina, onde se descortinam visuais da foz do rio, do mar, da cadeia de montanhas, o conjunto dos Reis Magos compreende as edificações da Igrej

de Nave única, possuindo retábulo que serve de enquadramento de uma pintura dos Reis Magos, a residência que se desenvolve ao redor do claustro e, no entre-meu, a torre sineira.

Em frente à edificação, há uma praça de forma retangular, ornada com palmeiras imperiais, tendo o cruzeiro ao centro. Ao redor da praça, localizam-se as habitações e demais atividades desenvolvidas na aldeia, em edificações térreas que, possivelmente, apresentam condições arquitetônicas bem rudimentares.

### Queimado

Em 1848, aconteceu uma insurreição de escravos na vila de Queimado, episódio ligado à construção da igreja de São José. Os escravos da região esperavam a alforria, conforme lhes havia prometido o Frei Gregório de Bene, após a edificação da Igreja. Atraiçoados pelo padre foram combatidos pelas tropas do Governo, culminando com o enforcamento dos líderes em frente à Igreja.

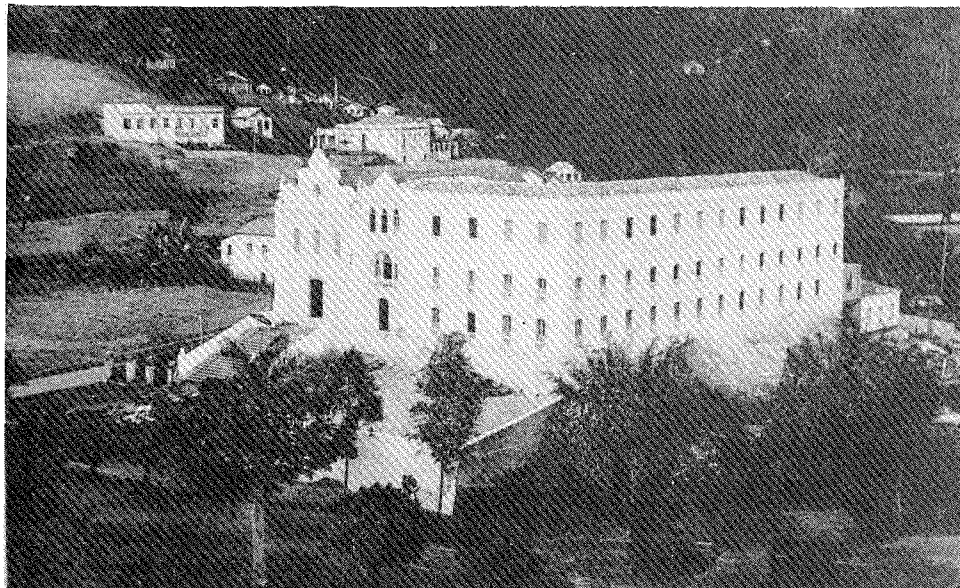
A igreja de Queimado localiza-se em zona rural, em sítio elevado, numa pequena clareira. O acesso é dificultado pelas péssimas condições da estrada e pela falta de sinalização. Da Igreja de Nave Única e sem torre, ruiu a cobertura e a parede posterior da Sacristia. Na frente da Igreja, prolonga-se um patamar com pequena escadaria e aos fundos, localiza-se o cemitério.

A população da vila migrou maciçamente, restando atualmente uma população de menos de 100 pessoas na sede do distrito.

### Viana

Com a penetração através do rio Jucu, os jesuítas fundaram, próxima à montanha de Araçatiba, uma fazenda que abrangia grande extensão de terras. Era especializada na produção de cana-de-açúcar e possuía também um engenho de beneficiamento do açúcar que abastecia o colégio de Vitória. Com a expulsão dos jesuítas, a fazenda passou a ser administrada por coronéis, porém acabou caindo em estagnação. Em 1818, o conjunto da fazenda compreendia ainda Convento residência e Igreja com duas torres.

Em 1813, foi fundada a cidade de Viana, por intervenção do então Governador Francisco Alberto Rubim, com a



Antigo Colégio do Carmo — Vitória

vinda de 30 casais açorianos. A fundação da cidade marcou o início do povoamento do interior do Estado e estabeleceu comunicação com Minas através da construção da estrada Vitória-Ouro Preto.

Viana apresenta crescimento muito lento desde sua fundação, não chegando a se expandir além da elevação, núcleo de fundação da cidade. Destaca-se, no ponto mais elevado, a igreja Matriz de Viana, implantada na praça Soldado Apolinário. A construção da igreja data de 1815, porém foi praticamente destruída por um incêndio em 1848.

Das duas edificações do século XIX, no centro da cidade, uma já se encontra relativamente descaracterizada. A outra, em Bonito, próximo de Viana, é um casarão de fazenda do século passado, conservando as características arquitetônicas originais com pouquíssimas alterações, constituindo-se num dos melhores exemplares de arquitetura rural da região de Vitória.

A igreja de Araçatiba, último remanescente da antiga fazenda, está tombada e restaurada pelo IPHAN, fazendo-se necessárias algumas obras de manutenção.

A igreja de Belém ruiu parcialmente com a construção da BR 101, devido o corte do terreno ter sido realizado em área muito próxima à sacristia. Sua deterioração foi acelerada devido à lenda de

que, no seu interior, estaria escondido um tesouro, onde foram feitas diversas escavações.

Viana possui características de vila pacata, com poucas atividades sócio-culturais. Os dois principais espaços da cidade são a praça Soldado Apolinário, onde está implantada a Matriz e a praça da Prefeitura, em nível mais baixo.

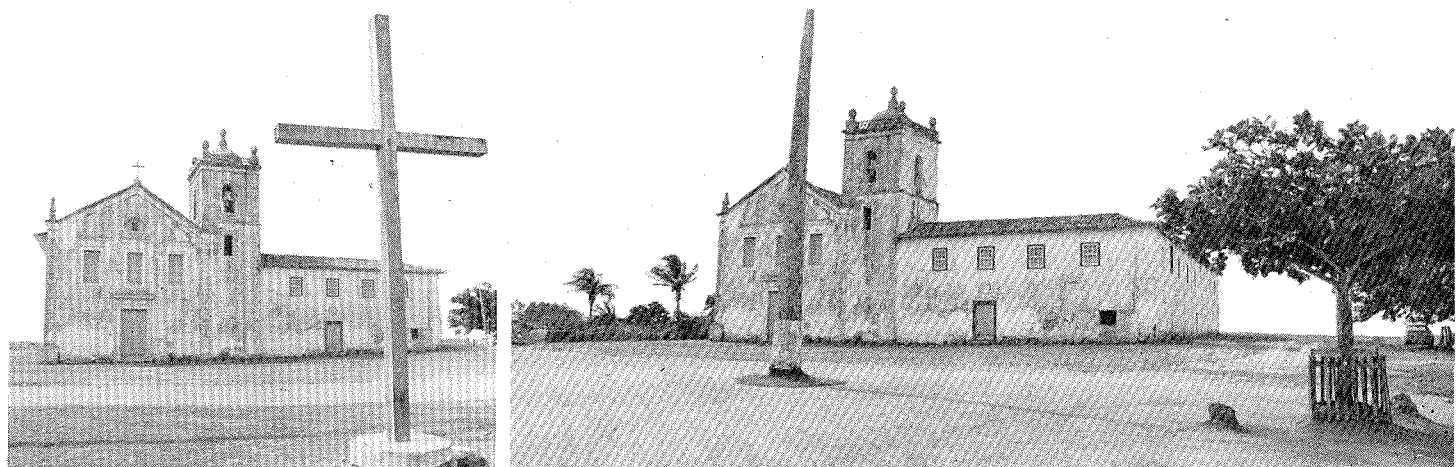
Para a faixa de terra localizada à direita da rodovia, junto à montanha, faz-se necessário preservar as características paisagísticas e limitar os gabaritos da altura, visando preservar os visuais da Igreja.

### Considerações finais

O documento faz ainda um amplo estudo das condições sobre o patrimônio natural da Grande Vitória que, a cada dia mais e mais sofre as mutações decorrentes da falta de planejamento. Nesse sentido, as propostas do presente documento estão incluídas nos diversos planos diretores que estão sendo elaborados com a participação da Fundação Jones dos Santos Neves, evitando que as transformações ambientais possam ocasionar o desequilíbrio do ecossistema a níveis irreparáveis. Como exemplos, o aterro dos mangues, a ocupação indiscriminada dos morros poderão atingir diretamente a fauna e a flora existentes na região.



# Igreja e Residência dos Reis Magos: uma proposta de utilização



A edificação recebe nova função, voltando-se para os interesses da comunidade

Vitor Hugo Nogueira

O uso de monumentos históricos não se deve limitar apenas à sua adaptação como museus ou centros culturais que os liguem aos valores de seu passado, mas ocupá-los também com escolas, centros de saúde, órgãos administrativos, centros de assistência social ou quaisquer outras atividades que condigam com a realidade atual da população no seu dia-a-dia. Por ser um bem comum das comunidades, sua apropriação deve atender, de imediato, os interesses desta como um todo.

Dentro dessas linhas, foi idealizado um projeto de utilização e revitalização da Igreja e Residência dos Reis Magos, em Nova Almeida, pelos arquitetos Fernando Schwab Firme e Helena Maria Gomes, promovidos pela Prefeitura Municipal da Serra, Fundação Jones dos Santos Neves e outros órgãos envolvidos no processo cultural.

O projeto, concluído em setembro do corrente ano, acatou diversas sugestões propostas, selecionando alguns pontos considerados importantes. Dentre as propostas encaminhadas, selecionou-se aquelas que melhor se adaptavam à utilização do monumento, considerando, ainda,

aquelas de maiores possibilidades de adaptação.

A igreja data do século XVI, tendo grande importância na primeira metade do século XVII, quando obteve dos Reis de Portugal uma grande área de terra destinada aos índios. Seus edifícios foram inaugurados na mesma época, sobrevivendo até os dias atuais, depois de terem servido de base para a catequese e entradas de índios Aimorés e Paranaubís no atual Estado de Minas Gerais. Serviu, também, como primeiro centro divergente de civilização ao norte da capitania, tornando-se, em 1878, Casa de Câmara e cadeia da vila.

## Aspectos da edificação

A edificação dos Reis Magos possui planta quadrangular; apresentando na ala oeste a Igreja, com frontão triangular. De entre-meio, a torre sineira e a residência de dois pavimentos que se desenvolve ao redor do claustro. No pavimento superior a residência apresenta duas celas na ala norte, quatro na ala oeste e duas na ala sul. No pavimento inferior apresenta dois acessos: um na ala sul,

outro na leste e, ainda, quatro celas: na ala oeste e três na ala norte uma das quais é a sacristia.

As paredes foram edificadas com blocos irregulares de laterita argamassadas com caulim, misturado com conchas, revestidos provavelmente com argamassa de tabatinga. As vergas e marcos são de madeira de lei, com pintura em tons de marrom, amarelo e vermelho. No pavimento inferior, não há referências de revestimento, sendo, possivelmente, de terra batida. No andar superior, os pavimentos são de pranchas corridas. A fachada principal volta-se para a grande praça apresentando um só plano com frontão triangular na Igreja que possui três janelas, um óculo central e a porta principal. A torre sineira é simples e encimada por abóboda de berço, em tijolos com acabamento natural no extradorso em forma de meia laranja. O pavimento superior apresenta quatro janelas e, no interior, a porta principal, tendo em cima um medalhão.

A edificação mostra uma arquitetura rústica em acabamento, sendo apenas requintada no trabalho de talha de retábulo. Procurando evitar alterações na definição geral, situou-se as diferentes ati-

dades cela por cela, afim de melhor aproveitar o espaço.

### Avaliação das atividades

Para se avaliar as propostas recebidas, foram definidos nove aspectos considerados significativos:

1) *Natureza da atividade*: entendendo-se o caráter da atividade que será desenvolvida ou seja: se ela será voltada para o uso da população local ou para a atração de turistas e visitantes.

2) *Compatibilidade entre a proposta e o monumento*: análise das funções propostas e contração com a natureza inicial do conjunto como monumento religioso e de difusão cultural.

3) *Disponibilidade da área para o desempenho proposto*: relaciona as exigências de espaço demandadas para atividade proposta, com a oferta efetiva verificada no interior e exterior do monumento.

4) *Adaptabilidade do monumento à função proposta*: verificação da implantação de uma determinada função em relação às alterações, adaptações ou instalações e compatibilidade das obras com o monumento.

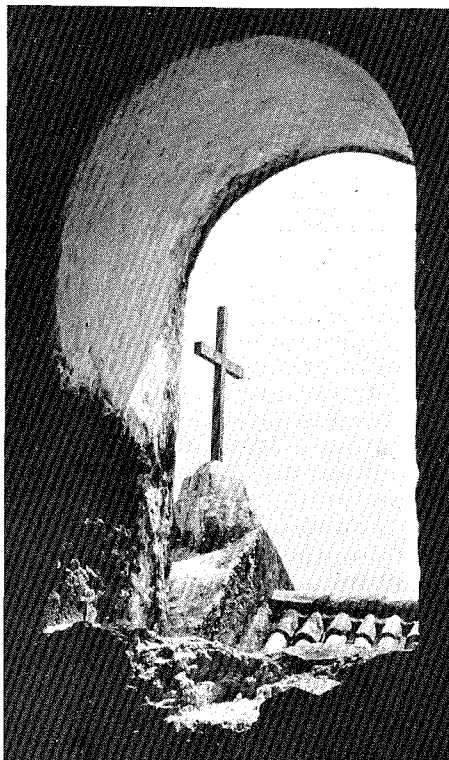
5) *Frequência de utilização*: uma das primeiras intenções é o uso permanente ou mais contínuo possível. Portanto, esse aspecto considera as possibilidades de implementação dessa utilização junto ao público.

6) *Relação entre os ônus de implantação e manutenção e os benefícios produzidos* — interligar as atividades de manutenção com fórmulas que garantam benefícios que assegurem a auto-sustentação do empreendimento. Devem ser considerados igualmente os benefícios financeiros, como também os de ordem culturais.

7) *Segurança*: assegurar a integridade física do monumento, que corre riscos com possíveis adaptações destinadas à implantação de determinadas atividades.

8) *Caráter da atividade*: utilização do monumento ligado a sua conservação, que se relaciona com a natureza das atividades propostas. Atividades sazonais, esporádicas, pouco representam em termos de comunidade e perpetuação do conjunto.

9) *Integridade*: uso predatório, como o turístico, acaba por consumir as fórmulas que geram o projeto.



Arthur Dias Castro



André Abe

### Resultado da Avaliação

Foram selecionadas nove propostas. Analisou-se cada uma delas, atribuindo-lhes pontos. Fazendo-se uma soma algébrica, obteve-se uma relação de funções prioritárias em ordem decrescente. Destinou-se então maior espaço para as atividades que obtiveram maior número de pontos, até que esgotassem as possibilidades do prédio.

Foram selecionadas as seguintes propostas:

1. Ativid. musicais	— 32 pontos
2. Biblioteca	— 31 pontos
3. Pequeno Auditório	— 30 pontos
4. Galeria de arte	— 28 pontos
5. Culto religioso	— 26 pontos
6. Oficinas de arte	— 24 pontos
7. Museu	— 22 pontos
8. Festival de verão	— 6 pontos
9. Loja Turística	— 4 pontos

### A Proposta

“É da essência do homem criar material e, moralmente, fabricar coisas e fabricar-se a si mesmo — Homo Faber”  
BERGSON.

Para uma utilização adequada e permanente da edificação e que esteja voltada para os interesses da comunidade, pensou-se numa escola. Escola que formasse indivíduos no sentido de ampliar a consciência do fazer, atividade que era desenvolvida nesta edificação desde o início de sua construção. Voltada para a criação artística iria preencher uma lacuna inexistente na região. Seria uma atividade permanente que engendraria uma sequência de atividades culturais que, por si só, não subsistiria, a menos que possuíssem uma infra-estrutura muito forte, o que é possivelmente exógeno à comunidade.

Na Igreja, deve permanecer a atividade de culto, função que existe desde sua fundação e que se mantém até hoje. O que se propõe é um uso mais intenso, inclusive para cerimônias de casamentos e batizados. Atividades musicais como concertos de câmara e apresentações de corais, podem utilizar o mesmo espaço. Basta que se restaure o retábulo, cuja pintura original encontra-se coberta por duas ou três camadas de tinta, e ele estaria adequado para receber de volta o quadro dos Reis Magos que já se encontra totalmente restaurado.

Pode-se utilizar um mesmo espaço para o funcionamento de um pequeno



Vitor Hugo Nogueira

**Conjunto dos Reis Magos: única aldeia jesuítica que ainda conserva o traçado original**

auditório e de uma galeria de arte. O primeiro se prestaria a promoções da escola e uso da comunidade para conferências, palestras, debates, filmes e reuniões.

A galeria, além de promover exposições de trabalhos da própria escola, serviria como espaço a outros artistas que quisessem utilizá-lo. Essas exposições, contendo um número de obras de arte superior ao que comporta o espaço, poderiam se estender às paredes do claustro vizinho.

Cada exposição doaria uma obra ao acervo da galeria, que poderia ficar permanentemente exposto em outros espaços ou serem recolhidos ao acervo remanescente em um depósito.

Uma pequena biblioteca, junto ao hall de entrada, serviria às necessidades da escola, e poderia atender à população que quisesse dela se servir. Seria totalmente compatível com o monumento. O acervo deve ser voltado para os assuntos ministrados nos cursos e aos interesses do público em geral e se formaria com doações de particulares e livrarias.

O festival de verão poderia desenvolver-se por todo o mês de janeiro. É proposto não apenas com o caráter inicial de festividade, mas como uma oportunidade de amplo intercâmbio de idéias, através da ministração de cursos e com a participação de elementos de outros estados ou países. Festividades propostas pela Fundação Cultural poderiam diluir-se ao longo deste período.

Basicamente, esse centro estaria voltado para a iniciação artística, com possibilidade de desenvolver diferentes níveis de expressão tais como expressões gráficas, plásticas, musicais corporais ou teatrais.

As oficinas/ateliês utilizariam, como espaço de expressão, as celas do prédio, comunicando-se, na maioria das vezes, através do claustro, e, em certos casos, internamente, de acordo com as possibilidades oferecidas pelo prédio. Quase

todas as celas, principalmente as do pavimento superior, tem condições de ventilação e iluminação suficientes às atividades ali localizadas.

As atividades de dança e teatro, por não terem espaço físico definido, poderiam ser exercidas no auditório, no pátio interno, nas áreas externas ou na sala de música.

Destinar-se-ia compartimentos chamados de *serviços* para funções de apoio às atividades principais. Foram localizados dois conjuntos de sanitários, um para cada sexo, um depósito geral para cadeiras, stands, cavaletes e outros materiais volumosos; um depósito destinado ao material de limpeza e uma sala para utilização da administração. Na entrada destinou-se uma área para informações turísticas relacionadas com a história do monumento.

É importante não esquecer que atividades turísticas são predadoras, trazendo poucos benefícios para a comunidade. Além do mais o próprio monumento já é uma atração turística, o que bastará para que esta seja uma atividade secundária.

### O espaço externo

O conjunto dos Reis Magos, em Nova Almeida, é a única aldeia jesuítica que ainda conserva o traçado original. Implantado sobre o planalto junto às margens do rio Reis Magos, o conjunto compreende a Igreja de nave única, a torre sineira de entremeio, e a residência que abriga dois pisos abrindo para o claustro. Em frente ao conjunto, duas alas de palmeiras imperiais formam uma praça de forma retangular de 32,50 m x 153m, inserida em outra praça maior de, aproximadamente, 16.540m<sup>2</sup>.

Circundando a praça, uma rua que serve de acesso às residências que, com exceção de um sobrado à direita, são

térreas. Após da edificação, a área pertencente ao conjunto, estende-se até os limites de um morro.

São excelentes as condições que apresentam os espaços externos. Diversas atividades propostas para o monumento podem ser desenvolvidas como por exemplo, as aulas de pintura, de desenho, de teatro, dança, música, apresentação de grupos folclóricos como o Reizado, Ticumbi e Congadas. Da mesma forma o festival de verão.

### Organização interna

Para a direção da escola, deverá ser formada uma Comissão Executiva e um Conselho Deliberativo. O primeiro deve ser formado pelos professores da escola e, o segundo, por representantes das instituições envolvidas e membros da comunidade (em maior número).

A Comissão Executiva, formada pelos professores, deve ter um coordenador, e as seguintes atribuições:

- 1 — Coordenar as atividades desenvolvidas na escola;
- 2 — Tomar decisões em conjunto;
- 3 — Reunir-se semanalmente para avaliar os trabalhos e solucionar eventuais problemas;
- 4 — Levar as decisões da Comissão ao Conselho Deliberativo.

O Conselho Deliberativo por sua vez, terá as seguintes funções:

- 1 — Aprovar as deliberações do corpo de professores;
- 2 — Procurar viabilizar as atividades escolares, divulgando, conseguindo verbas e materiais;
- 3 — Exercer todas as funções externas de ligação entre a escola e demais entidades como o MEC, FUNARTE, Governo Estadual, Federal e IPHAN, etc.

### A implantação

Para que se possa utilizar o prédio é necessário o trabalho de restauração de suas partes deterioradas, introdução de equipamentos inexistentes, como as instalações hidráulicas e sanitárias, instalação elétrica (ampliação) e definição de manutenção.

É importante que se defina qual instituição base que tomará frente em qualquer trabalho de revitalização de monumentos culturais, para que ele não venha servir a outro fins que não esse.



# A queda do Porto de São Mateus

Fernando Schwab Firme\*

O processo de deteriorização da área do Porto de São Mateus iniciou-se na década de 20, com o início da decadência do transporte fluvial, vindo a consolidar-se por volta de 1940, com a paralização total da atividade econômica do porto. A partir de então, passa a se processar em ritmo acelerado a queda física de todo o casario que se caracterizara como estrutura suporte das atividades econômicas. Desaparece de vez o caráter integrado que faz com que uma cidade não seja apenas um aglomerado acidental de edifícios, mas um organismo multifuncional com lugar específico designado a cada função, segundo determinações sociais e culturais. Processa-se a desintegração pela perda da função.

O caminho que poderia conduzir à reabilitação da área passa justamente pelas pegadas deste processo degenerativo, no sentido inverso. Seria necessário descobrir novas funções para o porto, dentro do organismo que é a cidade para que a reintegração se processasse naturalmente.

As primeiras tentativas, nesse sentido, ligadas a iniciativas de estabelecimento de um programa estadual de restauração, partiram de um grupo de trabalho coordenado pela Prof. Maria Cecília Nascif, que percorreu o Estado procurando catalogar e documentar todos os monumentos históricos de valor significativo para preservação. Na área de São Mateus foram localizadas casas e identificados seus proprietários para facilitar o posterior tombamento a nível estadual.

Tempos mais tarde, foi formado um convênio entre a Fundação Cultural e a Fundação Jones dos Santos Neves para elaboração de um projeto que culminaria com a restauração dos prédios e a reabilitação da área para a cidade.

Em meados de 1977, realizamos nossa 1ª visita a São Mateus e ao seu porto. Já então o estado dos prédios era de-

esperador, tratando-se na verdade de uma tarefa de reconstrução de quase ruínas. Por pouco desistimos da tarefa, tamanho o desânimo provocado por aquele monte perigoso de escombros, porém, o entusiasmo reinante em torno da "restauração" nos levantou o ânimo para tentar iniciar alguma ação prática.

po foram levantados os "Greides" das ruas incluídas na área do porto e medidas todas as "Festadas" dos prédios de interesse histórico para facilitar o posterior desenho das fachadas após levantamento detalhado.

Planejou-se realizar o trabalho em duas etapas: numa 1ª etapa seriam levanta-



A perda de função: o principal obstáculo

Foi feita a restituição aerofotogramétrica da área na escala de 1/1000 para melhor determinação dos acessos existentes, dos centros de quadra que, tomados pelo matagal, impediam uma inspeção e medição eficientes para suprir a falta de planta cadastral, na época inexistente, e elemento importante como mapa básico de um zoneamento local. Ao mesmo tem-

tados e desenhados todos os prédios e encaminhada uma proposta preliminar para utilização da área; numa 2ª etapa, definidas as novas funções dos prédios, seus usuários e os programas de adaptação, seriam executados os projetos construtivos.

Para implementação da 1ª etapa, partimos em missão individual e com uma

\*Técnico da Fundação Jones Santos Neves

cadeira desmontável, prancheta e blocos esboçamos durante dias os exteriores e interiores de todas as casas. Após isto feito, retificamos todos os desenhos em pranchetas, acrescentando linhas de cota em plantas e fachadas que serviriam para o preenchimento com as medições diretas a serem realizadas em seguida. Para executar esta tarefa, valemo-nos do entusiasmo dos alunos do Centro de Artes da UFES, frequentadores e promotores anuais das semanas de arte na área do porto para conseguirmos formar 4 grupos de trabalho, os quais, com certo risco, mediram por dentro e por fora todos os prédios, completando a informação apenas visual fornecida pelos esboços.

Todos os prédios, após algumas visitas para esclarecer uma ou outra medição duvidosa, foram então desenhados na escala de 1/50, já então incluindo cortes longitudinais e transversais, constituindo-se este material no elemento base para a elaboração dos futuros projetos de adaptação dos casarões.

Na ocasião, apresentou-se uma proposta preliminar de utilização, motivada grandemente pela influência das semanas de arte e que propunha uma espécie de campus avançado para as artes, com atividades permanentes e um festival anual para maior divulgação do local e dos trabalhos ali realizados.

Já nesta fase, tornou-se impraticável o convênio, pois as verbas destinadas ao suporte das despesas de projeto nunca foram repassadas à FJSN, tornando muito oneroso o prosseguimento com recursos próprios. Mesmo assim, após contato com o CRUTAC/UFES, solicitando-se àquele centro sua contribuição nas definições de programas de projeto para adaptação dos prédios, obtivemos as coordenadas para o início dos estudos de um restaurante, alojamentos feminino e masculino,

algumas oficinas de arte, um alojamento de professores e a residência do diretor do campus avançado.

Estudou-se a implantação de uma área preliminar, sem discussão ou compromisso, enquanto permanecia indefinida a questão dos recursos de projeto.

Na época, o grosso volume resultante do levantamento e proposta preliminar foi citado na imprensa como o Projeto de Reabilitação. Falou-se mesmo em datas de início de obras! E no entanto, nada era definitivo.

Ainda hoje, em 1979, ao ser assinado o contrato para obras de escoramento das ruínas, a notícia veiculada é a de que as obras de restauração foram contratadas.

Tal maneira de divulgar, seja a culpa da fonte ou do veículo de informação, desperta expectativas que ao serem frustradas desacreditam definitivamente os trabalhos e seus promotores.

A visita do Prof. Silva Telles, do IPHAN, interrompeu os estudos de adaptação de prédios para a CRUTAC, sob a justa alegação de que seria urgente promover o escoramento das casas ou não restaria nada para se restaurar. Porém, a burocracia exigia para a liberação das verbas de escoramento, uma medida expedida e de emergência, nada menos que um projeto. Tal projeto foi encaminhado e, após tramitação mais ou menos longa, resultou na liberação de verbas para escoramento após licitação pública.

Deve-se assinalar aqui, que entre a visita do Dr. Augusto Silva Telles e o estágio atual das coisas, onde se processa o trabalho de escoramento, recebeu o porto de São Mateus a visita de um perito da UNESCO, o Dr. Raul Pastranã, que após examinar a proposta e o local, fez críticas muito pertinentes e valiosas, que demonstram a importância da discussão das

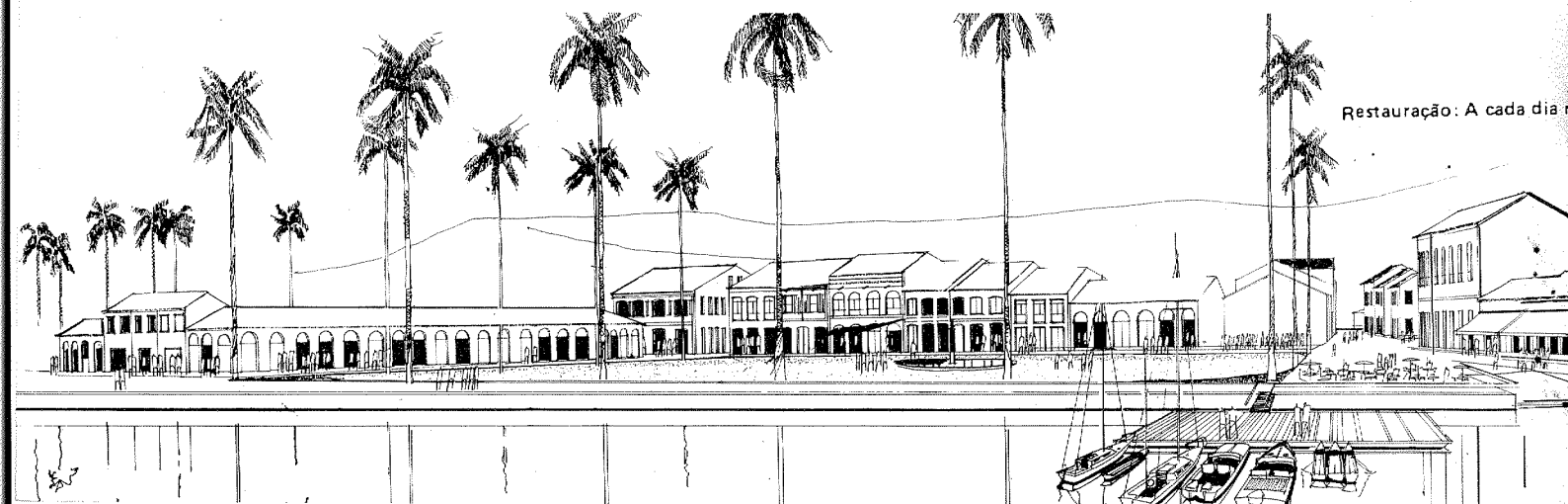
propostas antes de saudá-las como consumadas.

Segundo o Dr. Pastranã, a proposta da FJSN seria basicamente centrada numa atividade externa à cidade de São Mateus, já que se apoiava nas semanas de arte nos programas de treinamento do CRUTAC. Segundo seu ponto de vista, o caminho da reintegração da área ao porto à cidade e à região deveria partir da análise da cidade, seu equipamento, estrutura de prestação de serviços, particularizadas as carências e aspirações, utilizá-las na proposta de reconstrução do porto, atraindo assim a vida quotidiana da população para a área dos casarões.

Projetos não são problemas e sim definições de sua utilidade e sua elaboração em resposta a uma demanda efetiva. Se não houver interessados, realmente é inútil projetar, produzir papel. Não é suficiente clamar, esbravejar pelo descaso; preciso colocar em contato os possíveis interessados com idéias de utilização para que se chegue a um compromisso, inclusive quanto à manutenção futura.

À medida que o tempo passa, diminui-se o valor de uso dos imóveis como abrigo. Breve cairá a zero, tornando-se o custo do reparo igual ao da construção de prédios novos, em que pese seu valor cultural e histórico.

A solução desta questão, se não surgir de estudos como as recomendações da UNESCO, com discussões das propostas até o estabelecimento de sua forma definitiva e o compromisso das entidades e pessoas interessadas no uso dos imóveis, surgirá com a ação do tempo sobre aquelas empenas e paredes de pedra e cal. Breve não haverá mais sobre o que discutir. Os levantamentos e as fotografias serão os documentos históricos de uma área urbana degenerada e sepultada no passado; este será o último degrau da queda.



Restauração: A cada dia

# Fortificações: um legado esquecido

João Euripedes Franklin Leal\*

Um aspecto da evolução urbana de Vitória que está intimamente ligado ao crescimento da própria cidade, é o sistema defensivo, do qual, por alguma sorte, ainda resta uns poucos vestígios. Em outras regiões, mais desenvolvidas, fatalmente ter-se-ia preservado todo o conjunto que poderia servir inclusive, quando nada, como atração turística, carreando divisas para o Estado, que seriam superiores às geradas pelos empreendimentos imobiliários que o destruiu substituindo-o por construções inexpressivas e massificantes.

O sistema defensivo de Vitória foi, durante os séculos XVI e XVII, relativamente diminuto, muitas vezes até aquém das necessidades da Capitania para sua segurança.

Somente após os ataques holandeses (1625 e 1640) e a notícia de uma suposta serra de esmeralda no interior da Capitania do Espírito Santo é que se despertou para a necessidade de melhorar as fortificações de Vitória. Mas, ainda assim, relegou-se a tarefa a um plano secundário, até que houve a descoberta de outro, em grandes proporções, na região de Minas Gerais. A partir de então deu-se uma radical mudança da política colonial portuguesa em relação ao Espírito Santo. As principais iniciativas foram: proibiu-se a procura do ouro e sua mineração no Espírito Santo, por ser região próxima ao litoral e assim favorecer a cobiça estrangeira e a conseqüente invasão; proibiu-se a abertura de qualquer estrada que atingisse o interior, impedindo-se terminantemente qualquer comunicação com Minas Gerais, quer por via fluvial (rio doce) ou por via terrestre, temendo o uso destes caminhos, tanto por contrabandistas de ouro, como por possíveis invasores estrangeiros, devido ser o litoral capixaba o mais próximo da área de mineração. Conseqüentemente, o Governo de Portugal passou a considerar a Capitania como a

“defesa natural das Minas Gerais” ou a trincheira natural para a defesa das Minas Gerais” proibindo qualquer “ato de civilização”, entradas ou povoamento do interior, que implicassem em progresso regional, imobilizando o Espírito Santo, por quase todo o século XVIII e provocando uma defasagem de desenvolvimento ainda hoje mensurável em relação aos estados vizinhos. A medida complementar a esta política foi o conveniente aparelhamento das fortificações de Vitória visando, primordialmente, defender as Minas Gerais porquanto seria extravagante a construção de tantas fortalezas para defender apenas a humilde Vila da Vitória, que por si só era inexpressiva. Durante quase todo o século XVIII, houve uma verdadeira psicose governamental para assegurar o bom funcionamento do sistema defensivo instalado na baía de Vitória.

Muito interessante é o relatório do Capitão-Mor Dionísio de Carvalho de Abreu, que argumentando a posição estratégica do Espírito Santo como defesa de Minas Gerais, descreveu a situação das fortalezas militares e pediu as providências cabíveis. Por este relatório, datado de 1724, o sistema defensivo de Vitória estava nas seguintes condições:

Fortaleza da Barra de São Francisco Xavier: em forma de círculo, situada na barra da baía do Espírito Santo, possuindo nove peças de artilharia, sendo uma de calibre desesseis e as restantes de calibre oito. Havia mais duas peças desmontadas e a murada estava bastante danificada.

Fortaleza de São João: em forma semi-sextavada irregular, situada em frente ao Pão de Açúcar (Penedo). Sua artilharia estava desmontada e compunha-se de seis peças de calibre doze e uma de calibre desesseis.

Fortaleza de Nossa Senhora da Vitória: em forma semi-circular. Situada no lugar superior ao monte onde estava a Fortaleza de São João, com quatro peças de artilharia, todas desmontadas, sendo uma de calibre desesseis, outra de calibre vinte quatro e duas de calibre oito.

Fortim de São Tiago: em forma de semi-círculo irregular, com pequena área, situada em uma praia da Vila da Vitória, com três peças de artilharia de calibre oito, todas desmontadas.

Fortaleza de Nossa Senhora do Monte do Carmo: em forma de meia estrela regular, com cinco ângulos, situada na marinha da Vila da Vitória, com oito peças de artilharia calibre seis e oito, todas montadas em carretas, mais quatro de bronze e duas de ferro desmontadas.

Reduto Santo Inácio: de forma quadrangular, com três peças de artilharia de calibre oito, todas desmontadas.

Em resposta à solicitação, veio ao Espírito Santo o Engenheiro Sargento-Mor Nicolau de Abreu de Carvalho que comandou a realização de reparos nessas seis fortificações sendo as mais importantes os seguintes:

Fortaleza da Barra de São Francisco Xavier: parafeito, esflanada, guarita, quartel e casa de pólvora.

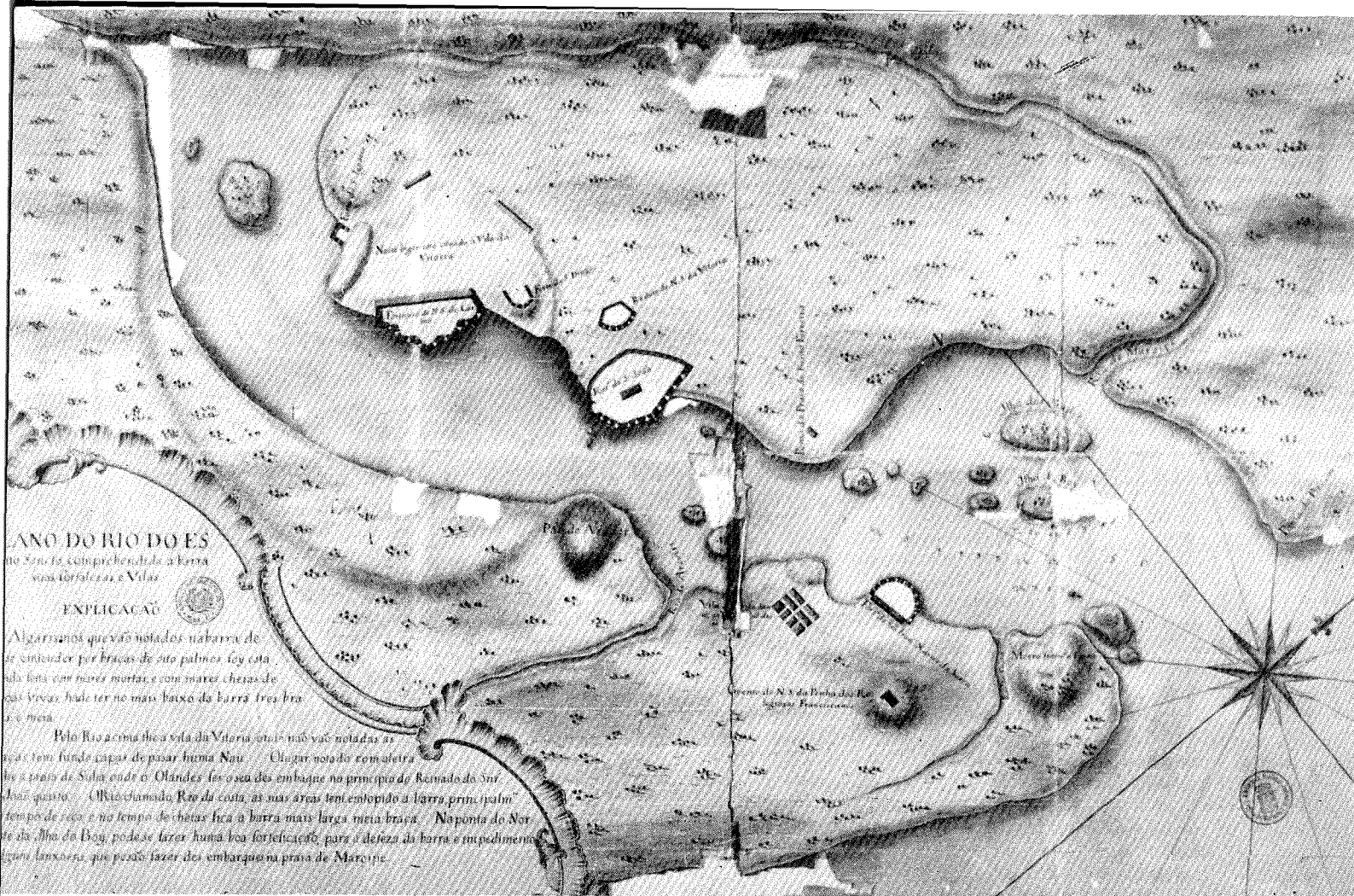
Fortaleza de S. João: parafeito, torreão, portada, esplanada, guarita e casa de pólvora.

Fortaleza de Nossa Senhora do Monte do Carmo: parafeito, esplanada, porta, casa de arma e casa de pólvora.

Esse trabalho, realizado em 1734, passou a ter manutenção contínua tendo o rei ordenado que, de três em três anos, fosse um engenheiro à Capitania para inspeção e o assunto “defesa militar das minas gerais” tornou-se uma constante na

\*Técnico da Fundação Jones Santos Neves





Planta da Baía de Vitória em 1767

correspondência oficial da época.

De grande interesse cartográfico e histórico é a planta da baía de Vitória, realizada pelo Engenheiro José Antônio Caldas, em 1767, mostrando especialmente a situação do sistema defensivo do Espírito Santo, conforme mapa anexo, cujo original encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Junto a essa planta encontra-se a nota explicativa seguinte:

*“Plano do Rio do Espírito Sancto, comprehendida a barra suas fortalezas e Vilas.*

*Explicação*

*Os Algarismos que vão notados na barra deve-se emtender por braços de oito palmos, foy esta sonda feita com marés mortas, e com marés cheias de agoas vivas, ha de ter no mais baixo da barra, tres braços e meia.*

*Pelo Rio acima the a vila da Vitória, onde não vão notadas as braças, tem fundo capas de passar huma Nau. O lugar notado com a letra N he a praia de Suha, onde o Olandes fes o seu desembarque no*

*principio do Reinado do Senhor D. João quarto. O Rio chamado, Rio da costa, as suas areas tem emtopido a barra, principalmente em tempo de seca, e no tempo de cheias fica a barra mais larga meia braça. Na ponta do Nordeste da Ilha do Boy, pode-se fazer huma boa fortificação, para a defeza da barra, e impedimento a alguns lanxoens, que possuem fazer desembarques na praia de Maroipe.”*

A planta em questão, além de se prestar ao conhecimento da baía de Vitória no século XVIII e a estudos sobre o seu assoreamento, serve como documento informativo para uma análise da evolução urbana e territorial da região. Nela podemos encontrar as referências seguintes:

Na margem sul: Morro fronteiro a barra (Moreno), rio da costa, Convento de N. S. da Penha dos religiosos franciscanos, Forte de São Francisco Xavier da barra, Vila do Espírito Santo (Vila Velha), rio de areviri (Aribiri), Pão de Açúcar (Penedo).

Na margem norte: Ponta de Piraem (Tu-

barão), Ilha do Boy, Ilha dos Frades, rio de Maroipe (canal de Camburi), letra N (demarcando a praia de Suá), Ponta da Praia de Bento Ferreira, Forte de S. João, Reduto de N.S. da Vitória, Forte de S. Diogo (próximo a atual escadaria S. Diogo, na Praça Costa Pereira), Fortaleza de N.S. do Carmo (próximo a atual Praça Oito), Forte de S. Ignacio (próximo a atual rua General Osório). Nesse lugar será situada a Vila da Vitória (cidade alta).

Nessa rápida e ligeira análise documental, concluímos a existência de um amplo interrelacionamento sócio-econômico e político, entre Espírito Santo e Minas Gerais, desde o século XVIII, especialmente aqui demonstrado sob o aspecto da produção aurífera versus sistema defensivo de Vitória.

Podemos concluir também que toda a documentação advinda deste ou de outros fatos da história constitui um patrimônio que deve ser melhor conservado, conhecido e divulgado porquanto fornece ainda à atualidade uma gama de informações valiosas e práticas, necessárias de serem consideradas, desmistificando a hipótese, às vezes ainda encontrável, de técnicos menos avisados e sem um razoável nível de visualização do horizonte humano, que renegam o seu valor.

# Sítios arqueológicos e acervo pré-histórico no Espírito Santo

Celso Perota\*

## Introdução

Os sítios arqueológicos representam uma importante documentação histórica. Além de serem repositório da cultura material das populações pré-históricas, alguns sítios arqueológicos podem conter valiosas informações geomorfológicas, botânicas e zoológicas, notadamente os sambaquis litorâneos.

Podemos, em estudos aprofundados nos sítios arqueológicos, reconstituir os ambientes primitivos. Hoje em dia com a profunda alteração da paisagem, decorrente de inúmeros fatores, é difícil ao arqueólogo encontrar um sítio cujas características não estejam alteradas.

Pela Legislação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Lei nº 3.924 de 26/7/1961) os sítios arqueológicos existentes em todo território nacional e todos os seus elementos (acervo) são de propriedade e proteção do Poder Público.

Essa Lei, como outras complementares, é hoje desrespeitada por uma série de fatores: a primeira é o desconhecimento público da Lei, bem como o valor do sítio arqueológico e dos objetos nele contido. As informações de achados fortuitos de sítios arqueológicos só chegam ao arqueólogo quando se encontra algum objeto de valor, ou seja, qualquer coisa que chame a atenção. Por outro lado, a falta de informação, bem como a falta de pessoal especializado, aliado à falta de recursos financeiros, dificultam uma ação imediata que requer o sítio, quando é encontrado por leigos. A ação de colecionadores bem como de "amadores" também é prejudicial e é um destaque na falta de observação de tal Lei.

A proteção desse Patrimônio, portanto, é necessária, mas extremamente difícil, pois a maior parte dele ainda é desconhecido pela falta de pesquisas sistemáticas.

## Os sítios arqueológicos

O Estado do Espírito Santo, por suas características geográficas, teve uma acentuada população pré-histórica. As formações de C-14 afirmam que, desde 4.000 AC, parte do litoral já havia sido habitado.

Poderíamos recuar essa data, se pudéssemos precisar, bem como provar a contemporaneidade dos habitantes pré-históricos com espécie animal da fauna extinta, cujos fósseis foram e são encontrados na Serra da Gironda em Cachoeiro do Itapemirim.

Vale destacar que pesquisadores do Museu Nacional acham possível este fato e atribuem a uma ponta de projétil a prova do relacionamento do homem com a fauna extinta.

Por razões de ordem metodológica, acreditamos que tal afirmativa ainda é prematura, pela falta de pesquisas metodológicas na área e que não permitem tais conclusões.

Mas de fato, há cerca de 4.000 a.C., nosso índio já conhecia o solo espiritosantense permanecendo nele até nossos dias, visto termos ainda uma pequena parcela de população autoctone, representada pelos remanescentes dos índios tupiniquim em Caieiras Velhas, Pau-Brasil e Comboios, nos municípios de Aracruz e Linhares.

Desse longo espaço de tempo o nosso índio percorreu quase todo o território capixaba, notadamente os vales dos rios.

Em um estudo relacionado a padrões de povoamento das populações pré-históricas podemos afirmar que, nos vales dos principais rios, como Doce, Cricaré, Itapemirim, Santa Maria e Jucu, tivemos um intenso povoamento.

Além disso a região litorânea é que

teve uma acentuada preferência no estabelecimento de aldeias. Este fato pode-se explicar pela farta alimentação que o mar e principalmente os mangues propiciavam às populações indígenas.

A baía de Vitória, a região do Maricuru (Barra Nova em São Mateus) Guarapari e Anchieta, bem como os manguezais do Piraque-Açu e Mirim foram habitados.

Na baía de Vitória é onde repousam os principais sítios arqueológicos do tipo sambaqui. Desde a década de 30 estes sambaquis estão sendo visitados e felizmente, pelo difícil acesso a eles, alguns permanecem intactos.

Nessa área, em regiões próximas dos mangues, há também uma grande concentração de outros tipos de sítios, definidos como abertos, que foram na realidade grandes aldeias pré-históricas que conheceram uma tecnologia diversificada, sendo alguns notadamente pré-cerâmicos e outros do período cerâmico.

No rio Piraque-Açu e Mirim também são registrados alguns sambaquis mas naquela região, desde o Sec. XVII, temos conhecimento da sua destruição, pois as conchas dos sambaquis serviram para alimentar indústrias caseiras para fabricação de cal para construções.

Os vales dos rios Doce, Cricaré e Itapemirim representam também importantes repositórios de antigas aldeias.

No rio Doce e seus afluentes, são constantes os achados de sítios arqueológicos. No seu curso inferior, o rio penetra numa área de restingas de planície litorânea, onde a área é comumente alagada e onde há um excelente ambiente para o desenvolvimento da vida animal, temos uma grande incidência de sítios

\* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Ufes

tanto do tipo sambaqui como de sítios abertos.

Nas regiões acidentadas do Estado, notadamente no Sul, é comum o aparecimento de abrigos sob-rocha onde normalmente encontramos material arqueológico. O estudo arqueológico explica tal fato pois a Tradição Una (que particularmente ligamos ao grupo linguístico Puri-Coroadó), tem um dado diagnóstico que é o sepultamento e ritos funerários praticados em áreas cobertas (grutas ou abrigos sob-rocha).

Devemos destacar que, entre os abrigos naturais, o Espírito Santo conta com a gruta do Limoeiro, no município de Castelo, onde já foram realizadas pesquisas sistemáticas de arqueologia e onde a Empresa Capixaba de Turismo está empreendendo um projeto para o aproveitamento turístico do local.

Culturalmente ainda não podemos formalizar um quadro geral da evolução, pois muitas regiões ainda não foram cobertas por pesquisas sistemáticas. Apesar disso, podemos ainda informar que tivemos no Espírito Santo a presença de várias Tradições culturais, cujas informações pode-se documentar nos sítios arqueológicos.

As tradições já definidas são:

**TRADIÇÃO ITAIPU** que tem como área de dispersão todo o litoral sul do Brasil. Está presente no Espírito Santo pela Fase Potiri com datação de C-14 avaliada em AD 515 (SI-821). É uma etapa pré-cerâmica cujos vestígios são encontrados na baía de Vitória e no rio Reis Magos, principalmente.

Dentre as Tradições ceramistas, destacamos:

**TRADIÇÃO TUPI-GUARANI**, constatada em todo litoral e no vale dos rios Doce e Cricaré, com datações de C-14 avaliada em AD 895 (SI-828) e AD. 1390 (SI-839).

**TRADIÇÃO UNA**, representada pela fase Tanguí encontrada em todo sul do Estado, notadamente na região acidentada, tem uma datação de C-14 avaliada em AD 810 (SI-1189).



O patrimônio cultural pré-histórico poderá desaparecer

**TRADIÇÃO ARATU**, representada por duas fases a Jacareipe e Itaúnas com datação que vão de AD 1.345 a Ad. 1780.

### O acervo arqueológico

Estas diferentes tradições culturais que passaram pelo Espírito Santo deixaram nos sítios a marca de sua expressão cultural que é representada pelos testemunhos arqueológicos que são retirados nas escavações sistemáticas.

Do acervo pré-histórico podemos destacar: objetos confeccionados em pedra, como lâminas de machados, tanto lascado como polido, percutores, alisadores, lascas de pedras (que tiveram vários usos como raspadores, facas, perfuradores e alisadores), mão de pilão, bigornas de polimento e para trituração de vegetais, adornos labiais (tembetá) e pontas de projétil.

Em cerâmica podemos destacar, o vasilhame utilitário de diversas formas, urnas funerárias, mainças de fuso, cachimbos e tortuais.

Em osso destacamos pontas de projétil, adornos labiais, contas de colar, dentes de mamíferos perfurados para colar, perfuradores, agulhas e carimbos.

Em conchas temos, raspadores, placas de colar, contas perfuradas para colar,

facas, recipientes de alimentação e candieiros.

### O problema da preservação dos sítios e do acervo

No Estado do Espírito Santo em especial na década de 60/70 houve um acelerado processo de destruição do nosso patrimônio cultural pré-histórico decorrente da especulação imobiliária bem como pela execução de grandes projetos industriais agro-pastoris.

Mas a destruição dos sítios não é atual, uma grande parte das cidades capixabas foram e estão situadas em locais de antigas aldeias indígenas. Vitória, Guarapari, Linhares, São Mateus, Serra, Anchieta, Piúma, Jacareipe, Nova Almeida, são cidades e distritos onde é comum o aparecimento de material arqueológico

quando se faz alguma abertura no solo para obras. Estes são sítios que estão irremediavelmente perdidos pois não há mais possibilidade de um estudo sistemático.

Uma preocupação constante da arqueologia são as áreas de mangues e suas adjacências. Como foi dito anteriormente essas são regiões preferenciais de habitação do homem pré-histórico e onde se localizam os "sambaquis" que, por suas características, merecem e devem ser preservados por serem importantes e antigos além de servirem para aproveitamento turístico, como já é feito no Estado de Santa Catarina.

Com a constante devastação e invasão dos mangues estes importantes documentos arqueológicos estão também ameaçados de destruição.

A preservação do acervo é outra preocupação. É necessário que a Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional leve a efeito sua programação e instale o já criado Museu de Arqueologia e Artes Populares, programado para ser montado no Convento de Nova Almeida, quando então poderemos ter um local apropriado para exposição, guarda e proteção do acervo arqueológico do Espírito Santo.

## DEPOIMENTO

# Maria Stella de Novaes: consciência e crítica

Maria Stella de Novaes retrata sua época com emoção e audácia. Seus 85 anos são de lucidez e seu depoimento remete os anos de paciência e perseverança dedicados à preservação da memória espírito-santense. Seu falar é macio e pausado. Uma vida dedicada às letras. Historiadora, poetisa, professora, é, também, botânica e folclorista.

Conheceu de perto os governos de 1907 em diante, pois frequentou o Palácio desde então. Quando fala sobre sua vida, gosta de lembrar que é "sobrinha do Bispo Dom Fernando Monteiro e dos Presidentes Jerônimo e Bernardino Monteiro e, por afinidade, sobrinha de Florentino Avidos".

Seu depoimento foi prestado em seu recanto de trabalho, silencioso e constante, todo azul, sua cor preferida, cercada de livros, plantas e conchas, objetos principais de sua atividade. Ali, tudo está intimamente ligado ao Espírito Santo, seu passado e seu povo.

Alternando expressões descontraídas, com uma pitada de humor, e olhar circunspecto, Maria Stella de Novaes fala sobre sua vida, seu testemunho de uma época e o que mudou. Começa falando de Vitória, ontem e hoje, descrevendo-a na primeira década desse século.

— "Naquele tempo, Vitória era verdadeiramente Cidade-Présépio. De longe, bonita, com a moldura de seus morros cobertos de matas virgens enfeitadas de ipês, carnaubeiras, três-marias e outros ornatos naturais da selva. A entrada da baía era decantada em prosa e verso — mistura de Guanabara, com seu Pão de Açúcar conforme expressão de Harth. Mas, de perto! Sem água, luz e esgotos! À noite, ninguém podia sair sem guarda-chuva, porque os dejetos eram atirados das janelas. Pela manhã, os transeuntes deviam ter cuidado ao pisar".

Fazendo uma pequena pausa, volta à seriedade e continua:

— "Vitória de ontem era mais bonita, mais atraente. Distinguia-se pela entrada de navios. Os passageiros iam para

o tombadilho apreciar a baía, com a curva da Capixaba, o Penedo e a moldura verde dos morros! Um encanto!

Sobre as mudanças, afirma que os aterros ganharam o mar e tiraram o atrativo das praias, como Bento Ferreira, Suá e outras: "A baía, miniatura da Guanabara, se foi".

"Temos agora somente um Porto, no prolongamento do Rio Santa Maria da Vitória. — A cidade está desfigurada quanto ao passado".

Falando sobre o processo de implantação de uma política de preserva-

cisa ser pintado de azul, cor que recorda as obras jesuíticas em Vitória. A Assembléia também deveria ser azul. Depois que pintaram o Carmo de amarelo e pêssego mataram-lhe a projeção no urbanismo. O Solar Monjardim e a Igreja de Santa Luzia também poderiam ser azuis. A Igreja de Santa Luzia era um interessante e valioso Museu de Arte Religiosa. Por que não se reorganiza?

Mas ela também se preocupa com o visual das ruas, lamentando a poda das árvores. Em lugar disso, sugere que elas cresçam livremente. Recomenda a utilização do pau-brasil na arborização das cidades, retirando os canteiros retangulares do trevo da Praça Costa Pereira plantando ali árvores. Na vida agitada que passou a reger a população capixaba, notadamente em Vitória, propõe que, junto às instituições bancárias, farmácias, correios e outros estabelecimentos e repartições, sejam colocados bancos, sofás ou poltronas, "para que os interessados não fiquem esperando de pé até serem atendidos".

Maria Stella de Novaes entende que "a nomenclatura urbana deva sofrer uma revisão, a fim de ter melhor cunho regional e biográfico. Basta que um estranho morra ou qualquer amigo dos vereadores para que seu nome seja posto numa rua. Em seguida pergunta:

— "Porque não se dá o nome de Luiza Grimaldi à Avenida Beira-Mar? Ela foi uma dama valorosa que realizou um Governo equilibrado e derrotou Caverdisch quando, após incendiar S. Vicente, veio atacar a Capitania. Em muitos estados hoje é cultivada a memória de muitas mulheres, como Joana Angélica, Anita Garibaldi, Ana Neri e outras. Por que não ela? E a terceira ponte poderia denominar-se Henrique Coutinho, já que a segunda está denominada de "Príncipe". Coutinho foi o idealizador desse transporte para o Continente.

## O passado

Maria Stella de Novaes procura re-

São poucas as pessoas que vivenciaram as principais mudanças de Vitória, a partir de 1910. Maria Stella de Novaes é uma delas. Nessa entrevista a João Eurípedes, Arleida Penha Badke — Todeska — e Fernando Sanchothene, ela conta os principais fatos que marcaram Vitória ontem e hoje. O texto final é de Fernando Sanchothene.

ção do patrimônio, enfatiza, não deixando dúvidas:

— "TARDE DEMAIS. Com os aterros, a demolição dos prédios antigos e a febre de edifícios de apartamentos, Vitória perdeu suas paisagens e o resto de seu passado. Lembremo-nos do Quartel da Polícia, do edifício do Forum, da residência Episcopal, do castelinho do Dr. Kosciusko, da Chácara do Dr. Ceciliano de Almeida. Não há nada de fato para se preservar. É triste, mas é verdade. Cuidemos porém da conservação de algo. Recordação é o melhor. O Palácio Anchieta, que deveria ser Afonso Brás, pre-



lembrar os principais momentos do governo de Henrique da Silva Coutinho.

— “O Presidente era uma figura bonita, de rara distinção que preparou a vinda do Dr. Jerônimo. Sofreu muito, porque a política do tempo era mesquinha, insuportável. Vitória, naquele tempo, era uma cidade de gente faladeira. O Coronel desapropriou um conjunto de casarões situados ao lado do Palácio, na Praça João Clímaco e ajardinou o local, para construir um coreto, onde a Banda de Música da Polícia fazia retretas. Providenciou uma enorme caixa d'água, a fim de que as plantas sempre estivessem bem tratadas. Liquidou a dívida externa, com o resultado da alienação da Estrada de Ferro do Sul ao Espírito Santo e da Estrada de Ferro Caravelas. Idealizou uma ponte para o continente e deu, para isso, as devidas providências, conforme carta endereçada a Dom Fernando. Nela, informava-lhe que havia depositado a verba em Londres, para o trabalho, e esperava os engenheiros que deveriam realizar os primeiros estudos. A ponte deveria partir do Cais ou Praça 8 de Setembro para Argolas, em Paul. Na referida carta dizia: “Deus nos auxilie, meu bom amigo. Nossa terra ainda há de ser grande e nossa capital um encanto”.

Segundo ela, passado o Governo para Jerônimo Monteiro, Coutinho se retira para Niterói, onde exerceu um cargo federal, conseguido pelo general Pinheiro Machado. Conta, ainda, que Jerônimo Monteiro, ao chegar para assumir o Governo, hospedou-se no Hotel Europa, o primeiro a ter água em caixa para uso doméstico e instalações hidráulicas. O hotel localiza-se na rua Duque de Caxias e foi fundado por Jacques Boudessier.

Uma das principais metas do Governo Jerônimo Monteiro, segundo conta, foi enfrentar o magno problema de água e de esgotos. Um assunto que preferiu não falar muito, porque trata-o detalhadamente em livro publicado sobre a biografia de Jerônimo Monteiro.

Outro aspecto levantado por ela foi o cuidado com que Jerônimo Monteiro se dedicou à educação. A Administração distinguiu-se pela Reforma da Instrução. Falou sobre o assunto com certa mágoa, pois não entende como uma escola que “ele criou e cuja vida acompanhou, levado pelo futuro da infância e da juventude”, ainda não recebeu seu nome: Escola Jerônimo Monteiro, em lugar de Escola Maria Ortiz. Para ela, as homenagens a Maria Ortiz deveriam ser

feitas em forma de um busto “onde as crianças poderiam depositar flores”.

Sobre a vida social da época, a escritora diz que foi Jerônimo Monteiro um estimulador de recepções em Palácio, geralmente às terças-feiras, ou nas datas nacionais. E prossegue:

— “Vitória, nesse período, distinguu-se pelo chamado espírito terrantez (termo regional que significa apego à terra), o vitoriense era daqui. Havia muita cordialidade e muita futrica. Aos sábados, formavam-se os assustados: reuniam-se duas ou mais famílias e apareciam numa casa, que tivesse piano, para algumas horas de reunião dançante. Assim, a mocidade se divertia, as mães conversavam e os pais jogavam cartas, mas nunca a dinheiro. Os assustados eram muito queridos, geralmente dirigidos pela senhora Adelaide Adnet, exímia pianista, mas que jamais estudou música.

Ela se lembra quando, aos feriados, o povo reunia-se em frente ao Palácio, “para manifestações ao Presidente, discursos inflamados, distribuição de doces e músicas no coreto”.

Sobre a vida religiosa, lembra-se das novenas ao S. Sacramento, o Mes de Maria, a Quaresma, com Via Sacra, as quartas e sextas-feiras. “Tudo muito lindo, com a catedral antiga tomada pelos fiéis”. Com muito humor lembra uma passagem daquele tempo:

— “Os rapazes gozavam as trevas: levavam martelos e pregos. Na hora das trevas, pregavam a bainha do vestido das moças no chão. (Lembremo-nos da moda nesse tempo). Que tragédia quando acendiam as luzes e elas levantavam. Dom Fernando, com essa passagem, determinou que as trevas se fizessem com luzes acessas”.

Seu rosto, antes alegre, se contrai para afirmar:

— “O Dr. Bernardino Monteiro enfrentou o duro da Grande Guerra e a gripe espanhola. Cuidou principalmente do interior do Estado, com as estradas de rodagem e a lavoura de cacau, no Rio Doce”.

Em seguida volta aos fatos alegres:

— “No dia 1º de outubro de 1918 entrou uma baleia e um baleote (o filho), na baía de Vitória. O povo correu para o cais, o comércio fechou as portas, os funcionários públicos abandonaram as repartições, os alunos deixaram de ir a escola. Uma festa! No ano seguinte houve feriado, em homenagem à baleia”.

Com Nestor Gomes a vida social arrefeceu. Suas três residências, segundo ela, serviam muito bem para despistar as visitas. Florentino Avidos acreditava que

“o povo precisava mais”, numa alusão às obras sociais empreendidas como a casa de órfãos da Santa Casa, além de uma fazenda-laboratório: a fazenda Maruípe “uma das melhores do Brasil”. Foi um Governo voltado à remodelação da cidade, com a abertura da Avenida Capixaba, a construção de prédios para repartições públicas, da Ponte para o Continente, que leva o seu nome, tendo a efetiva participação de Moacir Avidos.

### Uma vida aos 80

Maria Stella de Novaes é hoje um exemplo à nossa velhice. Mantém um trabalho diário, constante, desenvolvendo estudos nas diversas áreas em que atua. Estuda as flores e seus segredos tendo como flor preferida o lírio: “por que tem a pureza da cor, a retidão das linhas na corola e a rigidez da haste. Não se verga”.

Sobre seus trabalhos inéditos, há dois livros sobre Anchieta, sendo um premiado em concurso do Conselho de Cultura. Sua maior preocupação com Anchieta é a de que “o Apóstolo não tem uma obra para que centenas de peregrinos ou simples visitantes a compreendam e a leiam”.

Permanece inédita, ainda, sua obra “História Militar no Espírito Santo”. Uma obra que, segundo ela, “projetaria o Estado no cenário brasileiro”. Da mesma forma, a biografia de Afonso Cláudio, “o grande amigo e protetor na fase dura das acumulações remuneradas”. Nessa obra, a autora descreve toda a sua atividade no Movimento Republicano e na Campanha Abolicionista.

— “Um homem extraordinário. Conheci-o bem. Dava-me lições de Direito a fim de que pudessemos nos defender do Governo. Orientou nossos estudos e nosso trabalho”.

Permanece na prateleira “A mulher na História do Espírito Santo” e sobre moluscos, a fim de atender a um pedido do Instituto de Malacologia de Juiz de Fora, que o publicará. É autora de um plano de arborização do Contorno, com bambu, além de um plano sobre Turismo, premiado em concurso. Além disso, costuma ler, diariamente A Gazeta, Tribuna e Jornal do Brasil, para “manter-me informada”. E quando questionada porque tanta dedicação a seu trabalho, ela responde, finalizando a conversa: — “O trabalho é intenso e a vida se vai! ... Não perco tempo, mas, à noite, após às 18 horas, não trabalho. Nada escrevo. É tempo de oração, do repouso, do pensamento em Deus, da preparação para a outra vida!

# IPHAN tem novo nome: SPHAN, mas as funções são as mesmas

Os destinos das cidades históricas brasileiras e a conservação de todo o acervo cultural do País estão, agora, sendo traçados por dois órgãos: a SPHAN, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do MEC, e a Fundação Pró-Memória. A SPHAN foi criada com a finalidade de proporcionar maior flexibilidade de ação, maior saldo orçamentário e melhor administração do Patrimônio Histórico, nova estrutura que corresponde ao antigo IPHAN. Por outro lado, caberá a Fundação Pró-Memória vóacionar adequadamente os imóveis que foram tombados pelo IPHAN e que constituíam bens da União.

A SPHAN, criada no dia 13 de novembro, através do decreto-lei nº 84.198, passa a gerir os recursos destinados ao programa de cidades históricas da Secretaria de Planejamento, integrando, também em seus quadros, o Centro Nacional de Referência Cultural, ficando então sob sua responsabilidade a preservação do Patrimônio Arqueológico, o Patrimônio Etnográfico, que empreende as etnias indígenas e a produção da arte popular; a vitalização do artesanato, a conservação de arquivos públicos históricos e a preservação de bens móveis ou imóveis de cunho artístico ou histórico.

Aloísio Magalhães, ex-presidente do extinto IPHAN e atual secretário do Patrimônio, diz que é muito importante para o novo órgão que ele mantenha a flexibilidade adquirida. Explica que "na verdade foi em nome desta flexibilidade que todas as mudanças foram operadas. O IPHAN estava aprisionado na trama do processo administrativo do serviço público, o que não seria tão ruim assim se o IPHAN não fosse uma entidade muito especial". Para ele, a falta de agilidade do Instituto causava todo o tipo de problemas, desde as dificuldades para obtenção de verbas, até às questões operacionais.

**Na preservação,  
pouco interesse pela  
arquitetura popular**

Cita, como exemplo, a questão da mão-de-obra formada pelo IPHAN durante os 43 anos de vida, cujos profissionais acabam dedicando-se a outros ofícios, por não haver possibilidade de enquadrá-los ao IPHAN de acordo com os padrões do serviço público.

A estrutura do novo órgão deverá ser aprovada, em regimento interno, pelo Ministério da Educação e Cultura, nos termos do Decreto nº 68.885, de 6 de julho de 1971, que irá, ainda, apontar a competência de suas unidades. Mas enquanto isso não acontece, a SPHAN manterá a competência, o acervo, os critérios, as funções e o fundo contábel criado pelo artigo 15 do decreto nº 66.967 de 27 de julho de 1970, pertinente ao IPHAN.

Sobre suas finalidades, a SPHAN, segundo o Artigo 2º do decreto nº 84.198, terá como objetivos inventariar, classificar, tomba, conservar e restaurar monumentos, obras e documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no País, bem como, tomba e proteger o acervo paisagístico do País.

A criação da Fundação Pró-Memória no dia 19 de novembro, através de

Projeto-de-lei será um desdobramento da Secretaria, que atuará através desse órgão, possibilitando a eliminação de problemas aparentemente simples, como a contratação de pessoal, como diz Aloísio Magalhães:

— "Precisamos de pedreiros, entalhadores e artesãos com formação especializada e sua contratação através do IPHAN tinha de ser submetida a concursos. Outro problema que poderemos superar será o de salários. Não é possível oferecermos ao profissional de nível universitário a remuneração que o serviço público oferece".

Para assegurar o bom desempenho da nova fundação, foi delimitada uma outra fórmula para obtenção de verbas, além da administração vocacional dos bens imóveis tombados pelo IPHAN. Os bens não tombados, como edifícios, fazendas e heranças adjacentes, deixarão mais ou menos livre o que Aloísio Magalhães define como "as oscilações temperamentais dos orçamentos", o que se torna particularmente importante quando se leva em conta que o problema cultural do Brasil ainda se encontra aos cuidados dos interesses culturais da administração vigente.

Sonia Pinheiro da Silva



# A atuação do IPHAN no Espírito Santo

José Antônio Carvalho\*

## 1. Breve Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Só em 1934, o Governo brasileiro tomou a si a proteção efetiva do patrimônio histórico e artístico nacional, através do artigo 184 da *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. E, para ficar encarregado de "promover em todo o País, de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional", criou-se pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, o *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde.

E foi esse órgão que, dirigido pelo pulso forte e dinâmico de Rodrigo Melo Franco de Andrade, congregou estudiosos da arte brasileira e publicou uma série de artigos importantíssimos que, a partir da década de 40, saíam na então chamada *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (revista do SPHAN)*. Esses trabalhos, escritos por estudiosos brasileiros — como LUCIO COSTA, SERGIO BUARQUE DE HOLANDA, MARIO DE ANDRADE, SALOMÃO DE VASCONCELOS, D. CLEMENTE MARIA DA SILVA NIGRA, HANNAH LEVY, GASTÃO CRULS, J. WASTH RODRIGUES, CONEGO RAIMUNDO TRINDADE, NORONHA SANTOS, ARTUR CESAR FERREIRA REIS, Pe. SERAFIM LEITE, LUIS SAIA, LOURENÇO LUIS LACOMBE e, inclusive um capixaba, MARIO ARISTIDES FREIRE —, e por estrangeiros interessados no Brasil — como ROBERT CHESTER SMITH, L. L. VAUTHIER, GERMAIN BAZIN —, foram o marco inicial dos estudos sérios, profundos e analíticos da arte feita no Brasil, principalmente no período colonial. Foi com eles que se desenvolveu o gosto pela História da Arte Brasileira e se

abriu o campo de pesquisas. A criação de museus ativou estudos e publicações que, de um modo geral, ficaram mais presos ao período acima citado. Rodrigo Melo Franco de Andrade foi, também, responsável pela formação de técnicos em restauração.

A atuação do SPHAN passou a se fazer de acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, regulamentando o que e como deveria ser preservado.

Em 2 de janeiro de 1946, o decreto-lei nº 8.534, alterava o nome de SPHAN para *Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)*. A DPHAN passou a ter uma estrutura organizada, diferente da que possuía o SPHAN. Esse possuía apenas o Conselho Consultivo e os órgãos necessários ao seu funcionamento, enquanto aquela passava a ter, além do Conselho Consultivo, nos moldes do SPHAN e comandado pelo Diretor-Geral: uma *Divisão de Estudos e Tombamentos* (com seções de Arte e História); outra de *Conservação e Restauração* (com seções de Projetos e Obras); 4 distritos; além de três museus (Inconfidência em Ouro Preto; Ouro em Sabará; e Missões no Rio Grande do Sul). O Decreto nº 20.303, também de 02/01/1946, aprovava o Regimento da DPHAN. Esse decreto foi alterado pela portaria nº 230, de 26 de março de 1976, que aprovou o Regimento Interno do *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)*. A alteração não se deu apenas no nome. O novo órgão, com todas as atribuições anteriores, passou a ter uma organização melhor es-

truturada, que lhe permite uma ação mais intensa e efetiva em todo o território brasileiro, embora tenha ainda, basicamente, toda a estrutura da DPHAN acrescida de outros órgãos necessários. A ORGANIZAÇÃO é a seguinte, correspondendo, também, ao capítulo II, do Regimento Interno do IPHAN:

- "Art. 2º. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional terá a seguinte estrutura:
- 1 — Órgão Colegiado
    - 1.1 — Conselho Consultivo.
  - 2 — Órgão de Planejamento
    - 2.1 — Coordenadoria de Planejamento
      - 2.1.1 — Serviço de Planejamento, Controle e Avaliação
      - 2.1.2 — Serviço de Controle e Comércio de Obras de Arte e Desenvolvimento do Fundo.
  - 3 — Órgão de Administração de Atividades Específicas.
    - 3.1 — Divisão de Estudos, Pesquisas e Tombamento.
      - 3.1.1 — Seção de Estudos e Pesquisas
      - 3.1.2 — Seção de Inventário e Tombamento
      - 3.1.3 — Laboratório Central de Documentação - Fotografia e Microfilmagem.
    - 3.2 — Divisão de Conservação e Restauração
      - 3.2.1 — Seção de Análise e Obras
      - 3.2.2 — Seção de Projetos Arqueológicos
      - 3.2.3 — Centro de Restauração de Bens Culturais
    - 3.3 — Divisão de Museus e de Difusão Cultural
      - 3.3.1 — Seção de Atividades Museológicas
      - 3.3.2 — Seção de Divulgação
      - 3.3.3 — Biblioteca
    - 3.4 — Divisão de Arqueologia
      - 3.4.1 — Seção de Pesquisa de Campo
      - 3.4.2 — Seção de Controle e Cadastro

\* Professor de História da Arte na Universidade Federal do Espírito Santo — o IPHAN no Estado. — Teve apresentado no IV Simpósio de História, realizado, em Vitória, de 6 a 10 de novembro de 1978.

4 - Órgão de Administração de Atividades Auxiliares

4.1 - Divisão de Pessoal

- 4.1.1 - Seção de Recrutamento Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal  
4.1.2 - Seção de Cadastro e Legislação do Pessoal  
4.1.3 - Seção de Atividades Auxiliares

4.2 - Divisão de Execução Orçamentária e Financeira

- 4.2.1 - Seção de Execução Orçamentária  
4.2.2 - Seção de Execução Financeira

4.3 - Divisão de Serviços Gerais

- 4.3.1 - Seção de Material  
4.3.2 - Seção de Atividades Auxiliares

5 - Órgãos Descentralizados

5.1 - Diretorias Regionais

- 5.1.1 - Seção de Obras  
5.1.2 - Seção de Estudos e Tombamento  
5.1.3 - Seção de Arqueologia  
5.1.4 - Seção de Controle de Comércio de Obras de Arte  
5.1.5 - Laboratório de Recuperação de Obras de Arte  
5.1.6 - Laboratório de Documentação Fotográfica e Microfilmagem  
5.1.7 - Seção de Atividades Auxiliares  
5.1.8 - Representações  
5.1.9 - Administração do Parque Histórico Nacional de Guararapes
- 5.2 - Museus e Casas Históricas
- 5.2.1 - Seção de Atividades Auxiliares  
5.2.2 - Seção Museológica

Art. 30. As Diretorias Regionais, em número de nove, são os órgãos de execução das atividades-fim do Instituto, em cada região, assim discriminados:

- I - 1ª Diretoria, com sede na cidade de Belém, compreendendo os estados de Amazonas, Pará, Acre e Territórios do Amapá e Roraima;  
II - 2ª Diretoria, com sede na cidade de São Luiz, compreendendo os estados de Maranhão, Piauí e Ceará;  
III - 3ª Diretoria, com sede na cidade de Recife, compreendendo os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Território de Fernando de Noronha;  
IV - 4ª Diretoria, com sede na cidade de Salvador, compreendendo os estados de Sergipe e Bahia;  
V - 5ª Diretoria, com sede na cidade do Rio de Janeiro, compreendendo os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro;  
IV - 6ª Diretoria, com sede na cidade de Belo Horizonte, compreendendo o estado de Minas Gerais;  
IIIV - 7ª Diretoria, com sede na cidade de Brasília, compreendendo o Distrito Fe-

deral e os estados de Goiás, Mato Grosso Território de Rondônia;

IIIV - 8ª Diretoria, com sede na cidade de São Paulo, compreendendo os estados de São Paulo e Paraná;

IX - 9ª Diretoria, com sede na cidade de Porto Alegre, compreendendo os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

§ 1º A Administração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes criado, pelo Decreto nº 68.527, de 19 de abril de 1971, é unidade integrante da estrutura da 3ª Diretoria Regional.

§ 2º A 5ª Diretoria Regional, para as atividades de recuperação de obras de arte e de documentação fotográfica e microfilmagem, se apoiará no Centro de Restauração de Bens Culturais e no Laboratório Central de Documentação Fotográfica e Microfilmagem.

§ 3º Nas capitais de Unidades da Federação onde não se localizarem sedes de Diretoria Regional haverá Representações, subordinadas diretamente ao Diretor Regional a cuja jurisdição estiver compreendida a cidade.

§ 4º As Diretorias Regionais receberão orientação técnica das Divisões de Estudos, Pesquisas e Tombamento; de Conservação e Restauração; e de Arqueologia.

Art. 40. Os Grupos de Museus e Casas Históricas integradas por unidades executivas de atividades museológicas e constituídos segundo interesses regional e administrativo, compreendem:

GRUPO I

- a) Unidade Museológica Sede - Museu da Inconfidência em Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais;  
b) Unidades Museológicas Locais - Casa da Baronesa e Casa da Rua Pilar, em Ouro Preto, Casa da Rua Direita, em Mariana, Casa Setecentista de Santa Rita Durão e Museu Regional de São João Del Rei, no Estado de Minas Gerais;

GRUPO II

GRUPO III

GRUPO IV

- a) Unidade Museológica Sede - Casa de Benjamim Constant, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;  
b) Unidades Museológicas Locais - Casa da Hera, em Vassouras, Forte Defensor Perpétuo e Museu de Arte Sacra na Igreja de Santa Rita, em Parati, Convento Franciscano em Cabo Frio, recolhimento de Santa Tereza, em Itaipu, todas no Estado do Rio de Janeiro; Solar Monjardim e Igreja de Santa Luzia, em Vitória, Museu de Arte Sacra na Igreja dos Reis Magos, em Nova Almeida, todos no Estado do Espírito Santo.

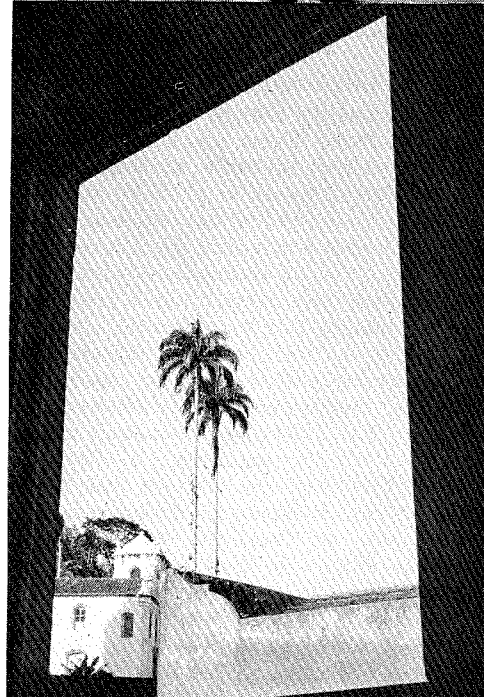
GRUPO V

GRUPO VI

GRUPO VII

Parágrafo Único. Os Grupos de Museus e Casas Históricas receberão orientação técnica da Divisão de Museus e Difusão Cultural.

Art. 5º O IPHAN será dirigido por um Diretor Geral; a Coordenadoria de Planejamento e os



Igreja do Rosário:  
Vila Velha e Vitória



Grupos de Museus e Casas Históricas por Coordenadores; as Diretorias Regionais por Diretores Regionais; as Divisões, o Laboratório Central, o Centro de Restauração, por Diretores; A Biblioteca, o Arquivo, as Seções, os Laboratórios das Diretorias Regionais, as Representações e as Unidades Museológicas Locais por Chefes; e a Administração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes por Administrador, cujos cargos e funções serão providos na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único. A Unidade Museológica Sede de cada Grupo de Museus e Casas Históricas será dirigida pelo Coordenador do respectivo Grupo.

Art. 6º Os ocupantes dos cargos ou funções de direção serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados, designados na forma da legislação própria”.

## 2. Funcionamento do IPHAN no Espírito Santo.

Desde a sua criação, o IPHAN tinha, no Espírito Santo, um Representante do Diretor-Geral. O primeiro Representante foi André Carloni. Ajudado ou Orientado por Mario Aristides Freire, André Carloni foi, na realidade, o primeiro responsável pela preservação e restauração da maioria dos monumentos tombados que temos hoje. Sua ação, representando o Diretor-Geral do Órgão no Espírito Santo se estendeu por mais de 20 anos.

Em 1965, por desistência sua, foi designado o arquiteto Dr. Christiano Woelffel Fraga que teve sua atuação marcada pelo tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari e pela restauração atual da maior parte dos monumentos, com obras, inclusive, em monumentos não tombados, como é o caso da Igreja de Muribeca; da Matriz de Viana; da Igreja de Queimados; da Igreja de Nossa Senhora de Belém, na entrada para Viana. Tentou o tombamento de monumentos importantes como o Forte de São João e o Convento Franciscano de Santo Antônio, além da Igreja de Nossa Senhora de Belém. Arrolou a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Matriz de Viana, para tombamento, cujo processo está em andamento.

O Dr. Christiano Woelffel Fraga permaneceu à frente do IPHAN, no Espírito Santo, até 1977, quando fomos designados, por indicação sua, por não desejar mais exercer as funções, embora continue a colaborar com a Representação do Órgão no Espírito Santo, na orientação das restaurações.

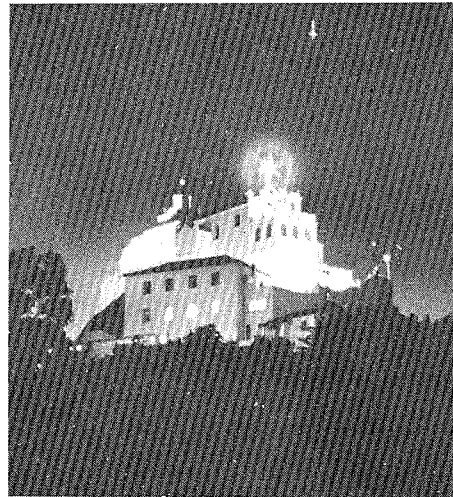
Na realidade, a Representação do IPHAN, no Espírito Santo, se resume à pessoa do Representante. É ele quem

cuida do expediente, fiscaliza as obras, comparece às solenidades, apresenta sugestões sobre as restaurações, embarga obras não autorizadas nas proximidades de monumentos tombados e outras atividades ligadas à preservação do patrimônio histórico e artístico do Estado do Espírito Santo.

Com a nova organização do IPHAN, transcrita acima, o Espírito Santo está incluído em uma Diretoria Regional (Art. 2º ítem 5.1.8 — Representações), a de nº 5 (Art. 3º, ítem V e § 3º). Ou seja, o Espírito Santo possui uma Representação do IPHAN, subordinada à 5ª Diretoria Regional que tem sua sede no Rio de Janeiro.

Aos poucos, vai-se montando, no Estado, essa Representação. Ainda se re-

Arthur Dias de Castro



Convento da Penha — Vila Velha

duz, na parte de pessoal, ao Representante, mas já temos uma parte de mobiliário; pretendemos uma sede e pessoal para organizar todo o trabalho, que não é pouco. Pretendemos, também, ter uma biblioteca especializada em arte brasileira e história, e, em particular, sobre a arte e história do Espírito Santo.

## 3. Patrimônio Nacional e Patrimônio Regional.

Logo no início de sua criação, o IPHAN sentiu que sua responsabilidade se estendia a todos os monumentos que encontrasse e que apresentassem características de sua construção original. E isso fazia sentido, já que era o único órgão existente com a função específica da preser-

vação dos bens culturais que o Brasil possuía.

Hoje, porém, o IPHAN parece sentir o problema de modo diverso. Compreendendo a necessidade de uma atenção mais direta aos monumentos tombados e sentido que a quantidade deles — à medida que se estuda e que se conhece melhor cada região — aumenta sempre, o IPHAN parece ter optado por uma descentralização da sua atividade, procurando incentivar a criação de órgãos municipais ou estaduais que arquem com a responsabilidade da preservação dos monumentos que interessem, diretamente, à história regional dos estados onde esses monumentos se situem.

Assim sendo, parece ser desejo do IPHAN que todo Estado tenha seu órgão que lhe seja similar, a fim de preservar os monumentos locais, enquanto ele próprio se preocuparia apenas com os de interesse nacional. Mas, mesmo assim, importa-se o IPHAN pela preservação e restauração dos monumentos de interesse regional, procurando orientar os órgãos locais nas restaurações: enviando técnicos, fazendo sugestões, às vezes fornecendo verbas, ou participando efetivamente na formação de restauradores, como nos dois cursos que realizou em Belo Horizonte, um para arquitetos, outro para formados em cursos de arte de nível superior.

Se levarmos em conta essa nova perspectiva do IPHAN, verificamos que, de modo geral, pela pobreza do Espírito Santo em monumentos de interesse nacional, a maioria dos edifícios tombados está ligada ao patrimônio histórico e artístico regional. E, apesar disso, apenas o IPHAN, no Estado, preserva, restaura e conserva os monumentos aqui existentes, como veremos adiante.

## 4. Monumentos tombados no Espírito Santo.

Uma publicação do IPHAN de 1973 relaciona como tombados, no Espírito Santo, os seguintes monumentos:

1. Igreja de Nossa Senhora da Assunção e residência anexa, em Anchieta;
2. Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari;
3. Igreja dos Reis Magos e residência anexa, compreendendo a praça fronteira, em Nova Almeida, Município da Serra.

4. Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em Araçatiba, município de Viana (esses 4 monumentos foram construídos pelos jesuítas);
5. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Vila Velha;
6. Igreja e Convento de Nossa Senhora da Penha, compreendendo todo o outeiro onde a construção fica situada, em Vila Velha;
7. Igreja de Santa Luzia, em Vitória;
8. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Vitória;
9. Igreja de São Gonçalo, em Vitória;
10. Casa e Chácara do Barão de Monjardim, antiga Fazenda Jucutuquara, em Vitória;
11. Casa na Rua José Marcelino, nº 197;
12. Casa na Rua José Marcelino, nº 203/205.

Além desses, encontra-se arrolada para tombamento a Igreja Nossa Senhora da Conceição, Matriz de Viana.

Se formos analisar detidamente o caráter dos tombamentos citados, vamos ver que, além dos 4 edifícios que foram dos jesuítas (sem contar o palácio do Governo, inteiramente desfigurado, e não tombado) e o Convento da Penha, franciscano, que apresentam caráter nacional, só a Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Vila Velha, por sua antiguidade (segundo Mario Freire, sua pedra d'ara é de 1535), mereceria o tombamento em âmbito nacional. Todos os outros monumentos são de interesse da história regional. E um caso nos parece bastante interessante: a Igreja de São Gonçalo foi tombada por causa de duas importantes imagens situadas em seu interior e que não lhes pertencem, pois foram do antigo Colégio dos Jesuítas no Espírito Santo: São Francisco Xavier e Santo Inácio de Loiola. E as duas casas da rua José Marcelino que só à arquitetura civil de Vitória interessaria. Além desses, o "Solar Monjardim", tem um interesse Nacional, por ser uma das poucas casas de fazenda das mais bem conservadas existentes hoje, embora não seja um monumento de grande porte.

## 5. Monumentos que a representação do IPHAN pretende tomar no Espírito Santo.

Dos monumentos do Espírito Santo de interesse nacional que esta Representação tem interesse em tomar e, para tanto já está preparando a documentação necessária, até o momento, são dois e, por sinal, erigidos pelos jesuítas: o primeiro é a Igreja de São João Batista, em Carapina, município da Serra; e o segundo é a Igreja de Nossa Senhora das Neves, em Muribeca, município de Presidente Kenedy, junto à divisa com o Estado do Rio de Janeiro.

O primeiro dos monumentos citados (Igreja de São João Batista) foi a Igreja de uma aldeia indígena, fundada pelos jesuítas e dotada de Residência.

Vitor Hugo Nogueira



Forte de São João: descaracterizado

São João está entre os primeiros aldeamentos existentes no Espírito Santo e foi uma das aldeias nomeadas até fins do século XVI. A outra era a de Nossa Senhora da Conceição. São João continuou existindo, até a primeira metade do século XVII, como aldeia de visita, até o abandono total, em virtude da fundação da Aldeia de Reis Magos. A Igreja data de 1584. É verdade que, do edifício existente hoje, apenas a nave e a torre unida à fachada são da época dos jesuítas.

Já o segundo monumento, era uma Igreja de fazenda: a maior fazenda de gado que jamais existiu no Espírito Santo. Deve datar de meados do século XVII para o fim. Sofreu algumas modificações mas ainda conserva quase todos os aspectos

das igrejas que os jesuítas construíram.

Possivelmente outras edificações, no Espírito Santo, merecessem ser tombadas e devessem sê-lo. À medida em que os estudos forem sendo feitos e os monumentos apresentarem as condições necessárias ao tombamento, eles serão tombados.

## 6. Obras de restauração em monumentos do Estado do Espírito Santo já executados.

### 1. Reis Magos em Nova Almeida.

O edifício estava bastante arruinado em 1944. Passou ele, no século passado, por uma série de necessidades, em virtude da pobreza da então Província do Espírito Santo, até que desabou toda a parte traseira da Residência. A parte da frente era utilizada pela Casa da Câmara e Cadeia e era a única parte que a Província às vezes conservava.

Em 1944, o IPHAN (então SPHAN), fez uma restauração de todo o edifício que, mais tarde, voltou a sofrer alguns reparos e se apresenta hoje um pouco sujo mas, inteiramente restaurado e completo. É um dos mais belos exemplares de construção dos jesuítas e, dentro do Espírito Santo, é o mais rico de todos os monumentos erigidos pelos padres da Companhia. Possui uma portada de pedra de lioz; do mesmo material são as vergas, ombreiras e peitoris das três janelas da frontaria; a portada da entrada lateral é também em pedra de lioz, e a verga, ombreiras e batente do piso da porta de acesso ao coro, vindo da torre, também o são. Ainda de pedra de lioz são todas as pias de água benta existentes: uma de pé, batismal, à esquerda de quem entra pela porta principal; e uma de parede à direita de quem entra pela mesma porta; à esquerda de quem entra pela porta lateral está outra de parede; à esquerda da porta de entrada da sacristia, pelo lado de fora, está uma pequena, também de parede; e, no interior da sacristia, uma pia dotada de caixa para água corrente, com uma torneira, é também de lioz. Seu retábulo de madeira, em talha é uma peça riquíssima, revelando, por sua "rusticidade", a possibilidade da mão-de-obra indígena, com motivos da fauna enrique-

cidos pela conotação da crença do nosso índio.

Essa Igreja com residência será em breve um museu como consta do Regimento Interno do IPHAN, como transcrito acima (item 1: Transcrição da organização do IPHAN: art. 4º, Grupo IV, item b).

## 2. Igreja de Santa Luzia em Vitória.

Também em 1944, se fez a restauração na Igreja de Santa Luzia. O prédio estava bastante danificado e, na restauração, cometeu-se um tremendo crime contra o monumento, não só quando se permitiu a reconstrução da casa anexa a ele, mas também porque com esta reconstrução, fuchou-se um óculo que existia primitivamente e retirou-se uma sineira existente ao lado desse óculo.

A capela de Santa Luzia está incluída como museu no Regimento Interno do IPHAN, conforme citado acima para a Igreja dos Reis Magos. Nessa Capela onde hoje, provisoriamente, enquanto a UFES não consegue um outro lugar, funciona a Galeria de Arte e Pesquisa da UFES, administrada pelo Centro de Artes. Foram feitas outras obras de conservação do monumento que, como o de Reis Magos, é Próprio Nacional.

## 3. Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Vitória.

As primeiras obras de restauração e conservação deste monumento datam da época de André Carloni mas, em 1969, se fez nova restauração. O crime maior contra o monumento são as várias construções à sua volta que não só "sufocaram" o edifício mas, também, tiraram a beleza da escadaria de acesso, como ainda se pode ver por fotografias do princípio deste século.

## 4. Solar Monjardim em Vitória.

Obras de conservação foram feitas muito cedo mas a restauração do monumento só se fez entre 1970 e 1974, pois nessa época o edifício se achava bastante arruinado. O Solar também está incluído no Regimento Interno do IPHAN como Museu, tal como as duas igrejas acima citadas.

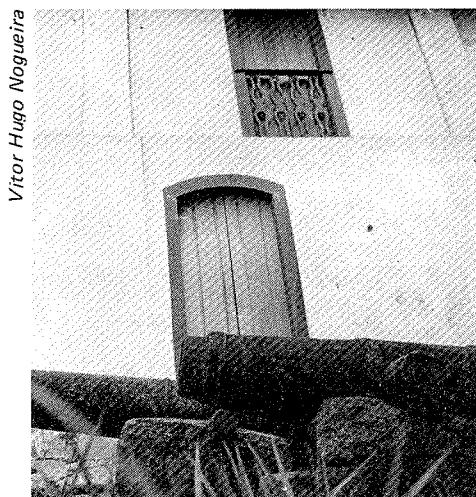
## 5. Igreja de Nossa Senhora da Ajuda em Aracatiba.

As obras de restauração dessa Igre-

ja, apesar de ter havido outras antes, datam de 1969. A Igreja apresenta, como as igrejas pequenas que os jesuítas construíram, 3 janelas sobre a nave. Estão no mesmo caso: a Igreja de São João Batista em Carapina; a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Guarapari; e a de Nossa Senhora das Neves em Muribeca. Só que, na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, as janelas são dotadas de sacadas, com balaustradas, dando para o interior como se fossem portas. Fato esse que acontece em uma falsa janela, sobre a capela-mor da Igreja do Convento da Penha.

## 6. Casa nº 197 da rua José Marcelino em Vitória.

Nesta casa, o IPHAN também fez obras de restauração em uma época bem



Vitor Hugo Nogueira

Solar Monjardim - Vitória

recente: 1970. Seu estado era bastante precário.

## 7. Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Guarapari.

Nesta Igreja, tombada em 1967, o IPHAN realizou obras de conservação e pequenos reparos. A restauração deverá ser uma obra para o futuro. Dela foram retirados dois altares laterais que se situavam (inclinados) sobre as paredes onde se ergue o arco cruzeiro.

## 8. Igreja de São Gonçalo em Vitória.

Esta Igreja também recentemente recebeu a atenção do IPHAN: foi restaurada em 1973. Dela foi retirado um púlpito em concreto existente dentro da nave.

## 9. Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha em Vila Velha.

Este edifício ainda não teve grandes obras de restauração. Alguns pequenos reparos apenas. Há, porém, a intenção de uma restauração, pois algumas partes foram acrescentadas ao edifício. Não será, porém, assim o acreditamos, antes de um estudo sobre o monumento.

Além desses monumentos, a Igreja de São Benedito, em São Mateus, também sofreu restauração em 1951. Nessa obra o IPHAN foi ajudado pelo povo que contribuiu para os trabalhos. Como dissemos acima, também se fez obras em outros monumentos não tombados como: Igreja e Convento Franciscano de Santo Antônio; Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Matriz) de Viana; Igreja de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim; Igreja de Nossa Senhora de Belém, na entrada para Viana.

## 7. Monumentos que estão sendo restaurados pelo IPHAN-ES.

Presentemente, o IPHAN está restaurando dois monumentos: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Vila Velha e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção com residência anexa, em Anchieta.

### I. Igreja de Nossa Senhora do Rosário Vila Velha.

Aqui, as obras maiores estavam ligadas à reparação do madeiramento do telhado. O IPHAN está evitando esforços para conseguir a telha própria (telha canal), para substituir a telha francesa que cobre hoje a Igreja, restaurando o telhado que, assim, retomará seu primitivo aspecto.

### II. Residência e Igreja de Nossa Senhora da Assunção em Anchieta.

Esta Igreja necessita de uma restauração em quase todos os seus aspectos. Teve, há alguns anos, necessidade de reparos e, nessa época, restaurou-se a cela, de Anchieta, que estava bastante arruinada. E desobstruiu-se a sala que ficava por baixo dela, onde se instalou o museu de Anchieta.

Essa obra de restauração está sendo feita precedida por um estudo profundo do monumento, feito através de documentos do século passado, executado por nós, como parte da Dissertação de Mestrado. Nesse trabalho, fizemos um levantamento

mento das modificações e alterações introduzidas no edifício após a expulsão dos jesuítas. Esse estudo facilitará o desenvolvimento das obras que implicarão na alteração de vários dos aspectos que a Igreja apresenta hoje.

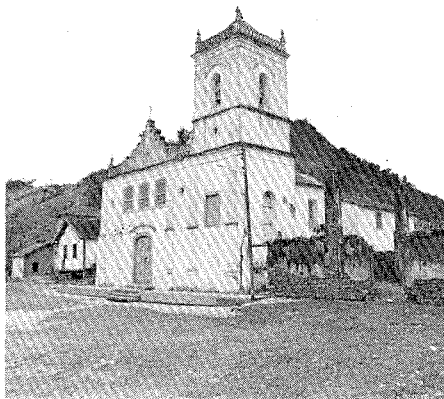
### 8. Considerações finais

O IPHAN tem lutado, até agora, praticamente sozinho para a preservação dos monumentos. Não só no Espírito Santo mas em todo o Brasil. É verdade que em estados como Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, existe o Patrimônio Local, estadual, que também se empenha na conservação e restauração dos monumentos. Aqui, no Espírito Santo, temos que aguardar o trabalho que vem desenvolvendo, nesse sentido, a Fundação Jones dos Santos Neves.

De qualquer forma, há monumentos no Espírito Santo que mereceriam tombamento por parte do Estado, bem como sua restauração e conservação. Podemos citar alguns como a IGREJA DE NOSSA SENHORA DE BELÉM, em Viana, construída em meados do século XVIII; a IGREJA DE SÃO JOSÉ em Queimados, de meados do século passado e bastante relacionada à História do Espírito Santo; a primitiva MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO em Guarapari, erigida em 1677 pelo então Donatário Francisco Gil de Araújo e que o próprio Estado, através da Cesan, está sufocando suas ruínas com construções imensas e, possivelmente, condenando-a à desaparecimento; o CONVENTO E IGREJA DE SANTO ANTONIO, franciscano, de princípios do século XVII (fins do século XVI?), e do qual se poderia restaurar, pelo menos, a subida antiga; ainda poderíamos citar algumas casas que também poderiam ser incluídas para preservação, para que se evitassem danos irreparáveis, como a demolição da "Casa de Bilhar" que existia na Avenida Jerônimo Monteiro, junto ao "Beco da Viúva", um dos poucos exemplares "art-nouveau" de Vitória; como exemplo, poderíamos citar os fundos do Hotel Europa, já em parte desfigurado; umas das outras casas da rua Duque de Caxias; e, um importantíssimo monumento natural que constou de todas as descrições e relatórios, sobre o Espírito Santo de visitantes do passado: O PÊNEDO.

Todas essas notas são apenas o despertar para uma conscientização da importância das nossas artes em determinados momentos de nossa cultura. Preservar os monumentos nacionais ou regionais deveria ser o desejo primeiro de todos nós. No Espírito Santo, infelizmente, isso não vem acontecendo: o próprio Governo do Estado ajudou na desfiguração do Teatro Carlos Gomes, erguido, a partir de 1927, por André Carloni e, recentemente, "deformado" ou despojado de suas características; um Clube, o Saldanha da Gama, cheio de tradição no Espírito Santo, através de um seu presidente, para que seus associados tivessem uma piscina, não titubeou em demolir a muralha do antigo FORTE DE SÃO JOÃO. E, pior, destruindo um patrimô-

Vitor Hugo Nogueira



Igreja de N. S. da Ajuda — Araçatiba

nio que não lhe pertencia. E dirão todos que ela, a muralha, ainda está de pé? Sim, está, só que fora de seu local primitivo e construída de LAJOTAS!! Que crime mais inominável se cometeu!! Sem falar nas destruições do passado, como por exemplo: o COLÉGIO DOS JESUÍTAS COM A IGREJA DE SÃO TIAGO, hoje, Palácio do Governo; da IGREJA DA MISERICÓRDIA, hoje, Assembléia Legislativa; da IGREJA DE SANTO ANTONIO COM O CONVENTO FRANCISCANO e a IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO, onde funciona hoje uma Rádio, e o Bispado, da qual, apenas um frontispício existe; da antiga MATRIZ DE VITÓRIA, hoje transformada na Catedral que conhecemos, de um

estilo "infeliz", sem classificação; da IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO, hoje inexistente e a transformação do estilo do CONVENTO DO CARMO COM A IGREJA para um estilo imitativo do gótico, como a infeliz Catedral.

Pode parecer incrível, mas sendo uma das mais antigas cidades do Brasil, Vitória tenha tão pouca coisa de sua história: a não ser a Capela de Santa Luzia, o prédio mais antigo da Capital e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, do século XVIII, só a Igreja de São Gonçalo, do século XIX (fins do século XVIII?). E teve condições de possuir uma quantidade de monumentos importantes algumas vezes maior.

É preciso que acordemos agora, para uma conscientização da necessidade de preservação de nossos monumentos. Se assim não for, continuaremos a ter casos de edifícios construídos nas proximidades de monumentos com a sufocação dos mesmos; demolição de casas que são marcos importantes de nossa arquitetura e que, por tendência, desaparecerão; e até a exportação clandestina de nossas obras de escultura e pintura. Mas, se não tomarmos a iniciativa, agora, dessa conscientização, juntos, principalmente à juventude, vamos ter mais casos como aquele, de um diretor de uma dessas escolas independentes, de ensino superior, que comprou uma área de terra na Ilha de Vitória, onde existia uma casa em ruínas. Esse diretor mandou demolir a casa arruinada e, em entrevista a um jornal da cidade, declarou que o tinha feito antes que o Patrimônio Histórico resolvesse tombar a casa. Que tipo de cultura, e de ensino, e de exemplo, pensa esse diretor fornecer a seus alunos, se ele próprio não sabe o que isso significa?

O IPHAN continuará sua luta, mas acreditamos que a tomada de posição do povo da preservação dos monumentos pode manter acesa a esperança de que todos os marcos importantes de nossa cultura artística sejam preservados e, quem sabe, até levar um dos nossos próximos governadores a não só abandonar o antigo Colégio dos Jesuítas com a Igreja de São Tiago mas, a restaurá-lo e entregá-lo ao público, para ser um centro de cultura local; local e atuante, exatamente no lugar onde o Espírito Santo começou a se tornar culto.



# Patrimônio: o difícil caminho da preservação

Helena Gomes\*

Quanto maior diversidade apresentam as manifestações culturais de um povo, maior riqueza ele terá. Em princípio, deveriam ser protegidas todas as manifestações culturais dos povos e o legado da natureza. Entretanto, a ameaça a que estão sujeitos liga-se estreitamente à dominação cultural e econômica das nações, povos e grupos econômicos. Falar em preservação das manifestações culturais irá implicar necessariamente numa questão mais ampla, que é a defesa da liberdade de expressão do indivíduo.

Difícil é abordar o assunto sem que se incorra em estratificações onde se dá ênfase especial a aspectos culturais que, em maior ou menor grau, representam as características culturais da ideologia dominante. As diferentes manifestações culturais, menos perceptíveis no espaço, devido à diferença de apropriação que apresentam, tendem a passar despercebidas e, não raro, serem apagadas da história. Assim tem acontecido com a cultura indígena, assim tende a acontecer com a cultura negra e com qualquer outra manifestação ou cultura que não tenha força de ir contra os valores que são impostos por novas ordens econômicas e culturais.

Preservar nossos monumentos históricos, sítios arqueológicos, sítios paisagísticos, preservar nosso patrimônio ambiental urbano reveste-se da maior importância, mas preservar comunidades litorâneas sujeitas à desagregação, em função da especulação imobiliária, do turismo e da alteração dos sistemas hidrológicos e poluição marinha, preservar os recursos naturais, as pequenas comunidades de imigrantes, as manifestações culturais negras, como ticumbi, a congada e o reizado, reveste-se também da maior importância, pois isso é cultura, herança viva do povo. Isso é identidade, é a ligação do homem com a terra e com o passado.

A história se escreve no espaço, na pedra, no cal, no concreto, na natureza.



Igreja Matriz — Viana

Vitor Hugo Nogueira

As transformações do meio realizadas pelo homem representam sua história viva e tendem, como todos os processos da natureza, a se transformarem continuamente através da destruição e reconstrução sucessivas. Porém, a importância desses registros se fundamenta no referencial que nos possibilita compreender o passado e a interpretação do presente. As manifestações presentes também constituem-se em elementos que serão história amanhã. Torna-se, então muito difícil estratificar determinados aspectos sem que haja uma reintegração no tempo presente.

A história deste Estado está em seus primeiros esboços. Muito ainda deverá ser levantado o sistematizado. Percebe-se que a influência indígena no Espírito Santo é muito forte, porém ainda não sistematizada. Das numerosas tribos que viviam

aqui, hoje existe uma pequena reserva indígena em Santa Cruz com o último baluarte. Embora praticamente dizimados, os indígenas do Espírito Santo legaram vocabulário, hábitos alimentares, instrumentos de trabalho e traços de caráter.

Paralelamente, houve forte influência da cultura africana na formação do Espírito Santo, principalmente na região norte do Estado que ainda conserva manifestações culturais riquíssimas.

Quanto aos assentamentos humanos existentes no Espírito Santo, exemplos de vilas com traçado urbanístico muito primitivo, assim como outras que conservam tradições de seus imigrantes, hábitos e costumes de países de origem apresentando pouquíssimas alterações.

O imigrante europeu que povoou o interior do Espírito Santo deparou-se com um meio ambiente inóspido e completamente distinto de seus países de origem. A inevitabilidade do homem ao meio

obrigou-o a criar soluções novas e originais, tanto no trato à terra como em relação aos seus instrumentos e sua produção arquitetônica.

Quanto ao trabalho da terra, não usando as técnicas de seus países de origem, o imigrante desenvolveu aqui uma agricultura mais predatória do que ecológica, tendo como resultante terra gastas e com baixa produtividade. Entretanto, quanto a produção arquitetônica (com a derrubada das matas, já alteraram-se as formas construtivas) na zona de imigração utilizava técnicas de estrutura de madeira, vedação de barro (na técnica de adobe) e o telhado de táboas. Ainda existem muitas casas construídas com essa técnica, mas que vão gradativamente desaparecendo. Embora não seja apreciado o valor cultural dessas habitações,

\* Arquiteta

de se registrar que elas representam um período econômico e de utilização da natureza completamente distintos do atual, residindo aí sua importância.

Observa-se, nas cidades, a destruição paulatina de espaços urbanos e formas de vida de períodos anteriores. Os marcos históricos são apagados cada vez com maior frequência.

Cada cidade apresenta uma historicidade específica que deve ser respeitada, uma vez que essa mesma historicidade é que influencia e direciona o futuro. A cidade é fruto de espírito do tempo recolhido pelo gênio do lugar. Ela é o somatório de todos os valores, vivências e gerações que nela viveram.

Um programa de preservação do patrimônio cultural e natural do Estado poderia enfatizar os seguintes aspectos:

- Características e influências da cultura indígena no Espírito Santo;
- Características e influências da cultura negra no Espírito Santo;
- Preservação de elementos representativos da produção arquitetônica dos diversos períodos de urbanização das vilas e cidades. É importante não somente a produção arquitetônica histórica e artística, mas, também, as originais diversificadas manifestações que evidenciam as técnicas construtivas e os materiais utilizados.
- Preservação de espaços urbanos de uso coletivo como ruas, praças, parques, escadarias, enfim, garantir a preservação e revitalização dos espaços abertos no meio urbano;
- Orientar o desenvolvimento das vilas e pequenas cidades da zona da montanha para que se garanta a conservação de aspectos urbanísticos e de paisagem que lhe conferem singularidade, riqueza e qualidade;
- Preservar as reservas florestais ainda existentes, os recursos hídricos, os afloramentos rochosos e a região costeira;
- Proteger os sítios de interesse paisagístico e ecológico;
- Divulgar e incentivar a pesquisa nos assuntos referentes ao estudo e proteção do patrimônio cultural e natural do Estado.

**Evolução do Conceito de Preservação:** A preservação do patrimônio histórico e cultural é relativamente recente no Brasil. Começa a ser abordada, de forma

sistemática, a partir de 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A partir de então, há maior preocupação com a proteção do conjunto de bens existentes no País, cuja conservação esteja ligada a fatos memoráveis da história do Brasil ou ao seu excepcional valor arqueológico, etnográfico ou artístico.

O conceito de patrimônio ampliou-se no tempo e hoje engloba as mais variadas manifestações culturais e também os sítios naturais de interesse paisagístico e os recursos naturais. Devido à extensão territorial do Brasil e às inúmeras obras de interesse artístico, histórico e cultural, a atuação do IPHAN reduziu-se somente a salvaguardar as obras mais expressivas a nível nacional.

Em 1970, a Seplan criou o programa de Cidades Históricas para o nordeste, posteriormente, sendo ampliado para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esse programa previa uma verba de, aproximadamente, Cr\$ 300 milhões para ser utilizada no programa estadual de preservação, restauração e conservação do patrimônio existente. Entretanto, até a presente data, não se tem notícias da elaboração de um plano estadual que alocasse esses recursos.

Note-se, porém, que a abordagem do tema, no Espírito Santo, é relativamente recente por parte do Governo do Estado que só, a partir de 1975, com o tombamento do Porto de São Mateus, faz sua primeira intervenção. Em outras áreas, principalmente na região de Vitória, já foram realizados levantamentos, recomendações e medidas de preservação, incorporadas paulatinamente aos planos diretores municipais. Entretanto, são atuações isoladas e que ainda apresentam pouca repercussão junto à comunidade.

Parece-me que o problema agrava-se à medida em que existem diversas instituições desenvolvendo trabalhos sem que, no entanto, haja um intercâmbio e uma integração entre os trabalhos desenvolvidos. A exemplo de outros estados, seria importante criar, no Espírito Santo, um órgão que tratasse especificamente do patrimônio e que congregasse o potencial de recursos das demais instituições. Temos, por exemplo, na universidade um potencial muito grande e que está sendo

pouco utilizado. Soma-se a isso o papel comunitário na preservação do patrimônio cultural, porque é impossível tentar preservar o patrimônio da comunidade sem a sua participação.

Em linhas gerais, a política de preservação do patrimônio natural e cultural deveria abranger:

1. *Instrumentos eficazes na preservação do Patrimônio Ambiental Urbano e Natural:* a legislação de proteção dos bens culturais e recursos naturais existentes tem se mostrado ineficaz, pois não assegura a preservação de amplas superfícies em transformação. As pressões econômicas geralmente são mais fortes do que os mecanismos legislativos. Faz-se necessário inserir a legislação em planos urbanísticos e mesmo em projetos específicos que resultem em intervenções práticas na realidade, uma vez que só o tombamento não assegura a preservação. Mecanismos como auto-preservação estimulada, insensação de impostos municipais e incentivos fiscais deveriam ser adotados na preservação do legado cultural.

2. *Conservação e Utilização:* a melhor forma de preservar um bem cultural é usá-lo, pois com o uso há a conservação, a manutenção, enquanto que, se permanecer fechado, sua deteriorização pode ser mais rápida.

Discute-se, ainda, juntamente com a adoção de critérios sobre o que preservar, a função dada a um bem preservado, pois devido às implicações econômicas e sociais que o envolvem, sua utilização deve ser totalmente voltada à comunidade. Assim, altera-se a imagem de que o patrimônio deva ser utilizado para museus ou afins, mas o critério, para melhor aproveitamento, deve abranger habitação, escolas, centros comunitários, bibliotecas e outros usos sociais. A utilização social do patrimônio viria contrapor sua imagem sacra e a comunidade deixaria de identificar os bens preservados como peças de museus.

3. *Revitalização:* revitalizar um determinado bem cultural significa dar uma função, um uso que ressalte as qualidades intrínsecas que ele possui. É a apropriação dos espaços que o revitaliza, são os usos que as pessoas fazem dele que garantem sua continuidade no tempo. Em determinadas situações, a reciclagem de equipamentos ou a reciclagem do uso



**Nos centros urbanos a renovação urbana é uma ameaça ao patrimônio**

também funcionam como indutores de revitalização.

4. *Educação e Apropriação*: Um dos instrumentos mais eficazes para a problemática do patrimônio constitui-se de divulgação e educação do legado existente, pois só conhecendo a população terá condições de preservar, respeitar e apropriar do que lhe pertence, isto é, seu legado histórico e suas criações culturais e que se constituem nos fundamentos de sua identidade. No Brasil ainda não existe uma política definida quanto a programas de educação e divulgação dos bens culturais. Poderiam ser criados programas de educação, nível curricular, nas escolas, programa de educação de massa, através de documentários veiculados pelo rádio e pela televisão, promoção de eventos culturais; publicações, promoções de exposições fotográficas e iconográficas, palestras, audiovisuais, concursos que incentivem a pesquisa e outros. Enfim, existem uma série de mecanismos que poderão ser úteis para a educação e conscientização do legado cultural e natural existente.

5. *O papel das municipalidades*: O município tem ficado à margem das questões de preservação do legado cultural, uma vez que não existe ainda legislação no nível municipal. Cabe ao município a gestão sobre os espaços urbano e natural. Mais lógico seria que ele promovesse a conservação e adequada utilização do patrimônio existente. A legislação de proteção deveria fazer parte da legislação urbanística em vigor no Município. As prefeituras deveriam manter eficiente fiscalização sobre os bens e promover a educação junto às escolas municipais, dando ênfase à história social local. Os recursos naturais e as áreas que apresentem grande potencial paisagístico poderiam alcançar maior produtividade econômica e ecológica, se devidamente preservadas e utilizadas.

Concluindo, ressalte-se a importância de preservar o patrimônio cultural e natural do Estado. Além disso, é importante começar-se o desenvolvimento de programas de recuperação do Patrimônio Natural, pois temos um compromisso inalienável com a história do qual depende a qualidade de vida das futuras populações.

# Em defesa de nosso Patrimônio

Renato Pacheco\*

A defesa de nosso patrimônio cultural é obrigação constitucional, constante no § único do Art. 180 da vigente Constituição Federal. O melhor entendimento do texto mostra que a proteção especial abarca, invertendo a ordem:

- a) todas as jazidas arqueológicas;
- b) os monumentos e paisagens naturais *notáveis*;
- c) os documentos, obras e locais de valor histórico e artístico.

Nenhuma dúvida quanto aos restos pré-cabralinos, desde que todos os detectados mereçam especial proteção.

Mas, que é monumento *notável*, paisagem natural *notável*?

Que é valor histórico, que é valor artístico?

O Brasil, desde o ministério Capanema, tendo a colaboração de Rodrigo de Melo Franco Andrade (e indiretamente do grande poeta Carlos Drummond de Andrade, funcionário do órgão) preocupa-se com seus bens culturais. Recentemente, no dia 12 de novembro de 1979, houve uma reestruturação do órgão, criando-se a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que substitui o IPHAN e está em vias de criação a Fundação Nacional Pró-Memória. Cabe agora à Secretaria, subordinada ao MEC, inventariar, classificar, tomba, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor artístico, histórico e arqueológico do País, assim como seu acervo paisagístico. A execução dessa política ficará a cargo da novel FNPM.

Mas, o que se precisa fazer é um sistema nacional de defesa do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, que funcione em três níveis perfeitamente articulados: nacional, estadual e municipal. Isto porque, muitas vezes uma paisagem natural será *notável*, no pequenino Estado do Espírito Santo e não o seria no gigantesco Amazonas. Uma aluna amazonense do antigo Centro Rural de Educação de

Base, em Colatina, Espírito Santo, comparou, certa feita, nosso Rio Doce a um igarapé de bom tamanho... Os documentos que interessam a uma comunidade podem não ter valor histórico nacional. A carência crônica de verbas fará com que, cada célula da nacionalidade se conscientize dos bens que deve preservar.

No Espírito Santo tal missão foi entregue, ao tempo da administração Gerhardt Santos, ao Conselho Estadual de Cultura, em combinação com a Fundação Cultural, mas os trabalhos não têm se desenvolvido com a presteza que se faz mister, como se vê no caso do Porto de São Mateus, grande parte do acervo arquitetônico se perdeu.

Quanto à possibilidade de uma defesa integral do patrimônio, resta saber se, criada uma sistemática de defesa de nosso patrimônio e, formados os técnicos para operarem o sistema, todo o patrimônio arrolado sobreviverá a nós. Se fixarmos Vitória no Século XX, por exemplo, teríamos três períodos principais que se sobrepoem:

a) até 1908, com todos os resquícios coloniais da vila calçada com grandes pedras, sobrados e casas de um só pavimento, abaixo do nível da rua;

b) até 1950, com a urbanização à européia, alargamento e calçamento com paralelepípedos das ruas, e sobrados e casas de "art nouveau" e,

c) desde 1950, asfaltamento das ruas e edificações verticais, mercê do crescimento urbano e maior oferecimento de energia elétrica.

Uma visão saudosista diria que a demolição de sobrados para, nos terrenos supervalorizados, serem construídos "espigões" é uma ofensa ao patrimônio, mas a esta altura os espigões também são patrimônio arquitetônico.

Em síntese, não se podem manter *ad infinitum* as construções todas de um período, pois só a ação do tempo vai destruí-las e não haveria verbas suficientes para sua restauração e manutenção. É reflexão que faço e que remeto, humildemente, ao leitor.

## Universidade e patrimônio

Quanto aos esforços, o Departamento de História do Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal do Espírito Santo, local onde leciono, tem defendido, na medida do possível, nosso patrimônio.

No dia 8 de novembro de 1972, durante o I Simpósio de História, o professor Guilherme Santos Neves, em bela conferência intitulada: "Em defesa da memória capixaba: disse; "o pouco que ainda nos resta desse patrimônio, esse pouco deve ser urgentemente salvo e preservado. Que se movam, mas se movam mesmo: as autoridades, as instituições, o Poder Público, no sentido da defesa improtelável. Que se informe o público desse propósito, alertando-o, convocando-o para o esforço comum". O assunto voltou a ser tratado, por nós, durante o II Simpósio, no dia 7 de outubro de 1974, e não saiu de pauta, como se vê, na recente proposta nossa para restauração da Igreja de S. José do Queimado.

Como não se trata de um órgão executivo, sua contribuição maior deve ser no arrolamento de bens culturais, na formação, através de cursos de extensão, de técnicos em defesa do patrimônio e na conscientização do público para o valor de tais bens.

É o que o Departamento de História da UFES tem feito nestes últimos anos.

\* Professor Adjunto e Livre Docente da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.



# Apropriação cultural: uma questão ideológica

Kleber Frizzera\*

O conceito de patrimônio histórico e cultural privilegiando alguns bens excepcionais no conjunto da produção cultural de uma sociedade e atribuindo ao Estado, como representante da comunidade, a sua preservação e manutenção, só começa a surgir na Europa no final do século XVIII. Gravuras e relatos de viajantes deste século, principalmente sobre as ruínas da Roma Clássica projetam e ampliam a necessidade de se manter aqueles monumentos, que tinham servido, há séculos, como fornecedores de material de construção para as obras públicas e privadas. Alguns bens culturais e artísticos seriam mais representativos da atividade humana e deveriam ser conservados como modelos e tipologia das novas obras. Esse movimento é assumido pela burguesia ascendente que, na criação do Estado Moderno de cunho nacionalista, vai buscar, na valorização da produção artística clássica, os valores simbólicos que expressem as tradições que ela mesmo não possuía. A preservação dos monumentos culturais assume claramente seu caráter ideológico, mistificando a real participação das classes sociais na produção social e reforçando o papel de destaque das classes dominantes nesse processo. Conceitos como o de "memória nacional" que escamoteiam as relações de produção e o caráter de classe do Estado são estruturados para suporte teórico da preservação proposta e mobilizam os vários setores sociais em torno de símbolos nacionais.

No Brasil, as iniciativas mais concretas de preservação do patrimônio histórico que vão desembocar na criação do IPHAN, na década de 30, coincidem com a formação de uma burguesia industrial e de sua participação crescente no aparelho estatal.

Foi preciso, então, buscar, na cultura brasileira, os traços que significassem o caráter progressista e independente dessa burguesia e tivessem um alcance nacional na aliança de classe proposta. O IPHAN encontra esses valores, na arte barroca, principalmente a mineira, fruto da primeira tentativa autônoma de uma burguesia nacional urbana. Numa observação da relação das obras tombadas,

percebe-se, claramente, a predominância de monumentos arquitetônicos produzidos até o século XVIII. Quase que toda a produção neoclássica e eclética é desprezada em nome da qualidade intrínseca da obra mas, no fundo, numa posição de questionar a crescente influência da cultura européia, principalmente francesa e inglesa que se estende neste período (Séc. XIX).

Ouro Preto representa o marco máximo nessa política onde, além da valorização da obra excepcional se pretende demonstrar a capacidade histórica da burguesia na criação de formas autóctones de apropriação do território nacional. Na maioria dos tratados sobre Ouro Preto e a produção barroca, se procura demonstrar a criatividade de nosso "povo" (mistificado na figura do Aleijadinho) na manipulação dos valores, normas e padrões da cultura européia. Textos e pesquisas procuram destacar o resultado estético das obras nacionais que, mesmo sofrendo as limitações de um meio hostil e pobre, conseguem atingir uma qualidade comparável ao produto internacional.

A própria perda de poder que o IPHAN foi sofrendo, principalmente a partir da década de 60, atesta a falência do projeto nacionalista com a crescente influência do capital multinacional, a quem não interessa qualquer produção artística e cultural que questione a penetração maciça de valores e padrões estrangeiros enlatados.

Observa-se, hoje, além da revitalização pelo Estado do Instituto do Patrimônio, inclusive com a criação de mecanismos mais ágeis e modernos, com sua elevação a nível de secretaria e criação da fundação de memória nacional, uma discussão entre os setores progressistas, procurando valorizar o valor de uso dos bens tomados e sua apropriação direta pela comunidade. Ainda nessa discussão, setores populares tentam vincular a questão do patrimônio ao problema de acesso à propriedade coletiva dos meios de pro-

dução, criticando o caráter ideológico preservação do patrimônio histórico. Uma das críticas formuladas é de que a desvalorização sobre os bens que devem ser preservados não leva em consideração que eles podem expressar sobre o controle histórico dos meios de produção e as relações de poder que decidiram sua execução. A simples preservação de obras ditadas por interesses não garante a memória fiel da evolução da sociedade. Nem seu uso para uma satisfação de uma necessidade da sociedade garante uma participação maior dessa comunidade nas decisões que envolvem essa utilização.

A luta pelo patrimônio não pode estar desvinculada a uma disputa ampla que é da conquista pelas classes populares do controle e uso de todo o produto efetivo, bem como da utilização dos recursos naturais e ambientais para o atendimento e satisfação de seus interesses.

É necessário maior aprofundamento teórico do conceito de patrimônio coletivo e de suas respectivas implicações com as relações das classes em disputa na sociedade brasileira. Encobrir aspectos ideológicos subjacentes aos valores simbólicos dos produtos culturais julgados de interesse "nacional" serve apenas aos interesses daqueles que buscam preservar um sistema de dominação política e ideológica de apropriação do trabalho coletivo, inclusive o artístico, para reprodução do capital. A defesa de um patrimônio nacional está ligada à observação crítica da história e deve servir para uma conscientização dos reais papéis que as diversas classes desempenham e desempenham na materialização da história.

Uma proposta consequente transformação política no país não pode negar o valor testemunhal e didático que não só os monumentos históricos mas todo o produto cultural, possui e tem virtualidade de um projeto coletivo e das formas concretas de alcançar seus objetivos.

\* Presidente do Departamento Espírito Santo do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

# Vida nos arquivos capixabas

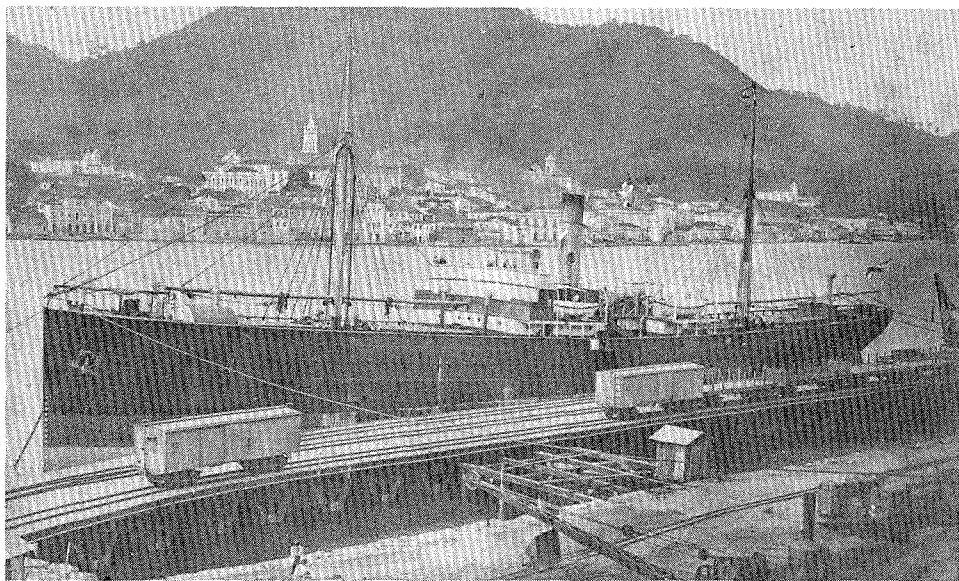
Fernando Achiamé\*

Tudo que o Homem registra para recorrer no futuro é matéria de arquivo.

"O Homem é o maior destruidor de documentos." (Lema entre os arquivistas)

"Ninguém tem maior know how de devastação que o capixaba." (Paulo Fraga)

"Os habitantes desta terra não são repúblicos (não possuem o sentido do bem comum)." (Um cronista do Brasil Colonial)



Vitória – 1910

Para a História, todo e qualquer tipo de material pode ser considerado um documento, na dependência de se constituir prova de uma atividade cultural do ser humano. Cultural no sentido antropológico do termo. Mas, aqui, trata-se de precisar a situação dos documentos produzidos ou recebidos pelos diversos governos espírito-santenses no decorrer de suas atividades e pelos habitantes e instituições privadas desta terra.

Os índios deixaram registros inconscientes de suas atividades nas pontas de flechas, cerâmicas, enterramentos, objetos vários. Dada a natureza destes objetos e da maneira como se apresentam, existe uma técnica específica, a única habilitada a recuperar as informações neles contidas: a arqueologia.

Os colonizadores portugueses na capitania do Espírito Santo também deixaram muitos registros inconscientes de suas atividades cotidianas. Estas ativi-

des eram de natureza vária, no campo da economia, da sociedade, da política. Mas os registros históricos, quando autênticos e fidedignos são inconscientes, no mais das vezes. Os governantes portugueses não elaboravam uma carta de doação ou um foral, pensando nos historiadores do século XX, mas em registrar e fazer valer uma determinação objetiva.

É profundamente lamentável que esta documentação colonial esteja tão pobremente representada em nossos arquivos, sejam estaduais, municipais ou até mesmo privados (eclesiásticos, por exemplo). Por que o Espírito Santo, uma terra que "fabrica história" (para empregarmos uma expressão do historiador José Honório Rodrigues) desde a época colonial, detém em seus arquivos pouquíssima do-

cumentação deste período? Só recorrendo aos acervos do Arquivo Nacional, do Arquivo do Estado da Bahia e de arquivos portugueses é que se pode recuperar alguma coisa da ação dos governos da então capitania do Espírito Santo.

Recentemente um pesquisador interessado em assuntos filológicos esteve procurando, sem sucesso, o original de um bando da Camara da Vila de Vitória que em 23 de maio de 1795 conclamava seus habitantes a falarem o português, proibindo assim o uso da língua geral. Semelhante documento, cuja referência é encontrada no livro "História, Descoberta e Estatística da Província do Espírito Santo" de Basílio Carvalho Daemon, tem importância até hoje, passados quase duzentos anos, para um filólogo provar

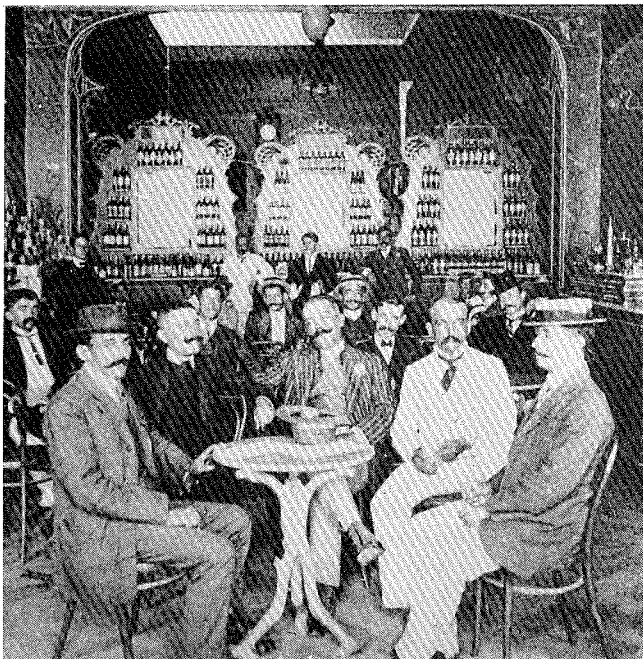
\*Diretor do Arquivo Público Estadual

porque não falamos mais a língua geral e sim o português. Nenhum arquivo da câmara municipal do Espírito Santo (e temos muitas de propecta idade) manteve-se, não digo intacto, que seria exigir muito, mas ao menos com sua documentação completa e em condições de pesquisa. A única exceção é o arquivo da Camara Municipal da Vila de Itapemirim que há muitos anos foi recolhido ao então Museu Capixaba e lá organizado. Posteriormente deu entrada no Arquivo Público Estadual onde se encontra.

### A destruição é comum

O homem é o maior destruidor de documentos. E ele os destrói tanto por ação quanto por omissão o que é pior, às vezes. Sabemos que, onde se guarda tudo, não se guarda nada. Esta é a realidade de nossos arquivos. Guarda-se tudo numa vala comum, os documentos são enterrados neste cemitério chamado "arquivo morto". Mas o chamado "arquivo morto" não está realmente morto. Se ele perdeu sua utilidade para o movimento corrente da instituição ao qual pertence, possui valores outros que precisam ser preservados. Que valores são esses? Valores de pesquisa, valores de prova (que atestam o funcionamento da instituição, os programas nela desenvolvidos, suas funções), valores de informação (sobre objetos, pessoas e fenômenos). Se os documentos não possuem quaisquer desses valores, não há porque gastar dinheiro mantendo-se inutilmente guardados. Assim, a principal tarefa dos arquivistas em nossos dias é a seleção. Nenhum governo do mundo, como bem asseverou Schellenberg, possui verbas suficientes para arquivar todos os papéis que produz. Nos Estados Unidos, por exemplo, só de 3 a 5% da documentação produzida pelo Governo Fedetal anualmente dá entrada no Arquivo Nacional ou nos centros de arquivo, então, ficou muito importante a tarefa de seleção. Selecionar um arquivo é garantir a boa qualidade de sua documentação, conservando somente os papéis possuídores de valores que justifiquem sua guarda permanente. Selecionar arquivos é separar o joio do trigo, eliminando-se o inservi-

vel. Sim, porque não podemos deixar que esta tarefa seja exercida pelo tempo, pela água, pelos ratos ou pelo fogo que não sabem distinguir um documento valioso de outro sem importância alguma. Para exemplificar de acordo com nossa realidade: estes elementos não sabem distinguir no arquivo da extinta Secretaria do Governo, na pasta nº 3, do ano de 1951, um processo solicitando quinze dias de licença para tratamento de saúde, de outro que ilumina diretrizes políticas e tentativas institucionais para implantar uma usina siderúrgica em nosso Estado. Arquivo é um serviço-meio, é um proble-



Café Trinxet — Vitória

ma de administração. Atualmente, devido à grande massa de documentos produzida diariamente, quer pela máquina estatal, quer pelas poderosas instituições privadas, os documentos devem ser administrados como, por exemplo, se administra patrimônio mobiliário, transportes ou material de consumo.

Mas o homem também destroi muitos documentos por ação. Tem-se notícia que muitas prefeituras do interior capixaba simplesmente tocaram fogo em seus arquivos, "para se verem livres daquela papelada velha e imprestável". Também é sabido que muitos incêndios, extravios

e perdas de arquivos são realizados com intenção dolosa, para desaparecer com documentos comprometedores que não existiam. Estas ações dolosas de se destruírem arquivos ou parte deles para encobrir mal-feitos, para prejudicar adversários ou para dificultar a ação governamental e da justiça são mais comuns do que se pensa. Como um arquivo reflete a vida das atividades da instituição ao qual pertencem, claro está que muitas vezes este reflexo não irá interessar em toda sua plenitude a determinadas pessoas. Os documentos podem morrer de duas maneiras:

- por "morte natural", quando os mesmos perdem os seus valores correntes e não adquirem os valores permanentes (histórico, legal, administrativo). Neste caso constituem lixo e devem ser logo eliminados;
- por "assassinato", quando os documentos de valor são destruídos por ação ou omissão da comunidade e/ou de seus responsáveis. Neste caso, por serem únicos, representam uma perda irreparável para a sociedade.

### Árvores e papel

O malbarateamento dos arquivos por parte de prefeituras e câmaras municipais do interior capixaba é um fato (sempre com honrosas exceções). Recentemente o jornalista Rogério Medeiros realizou uma excelente reportagem sobre um madeireiro capixaba que se auto-intitula "assassino de árvores" (Jornal do Brasil, 11/11/79, p. 20). Nesta reportagem o ecólogo capixaba Paulo Fraga da FJSN afirmou: "As serrarias na Amazônia não vão deixar nada, a não ser pastos com boi em cima. Ninguém tem maior *know how* de devastação do que o capixaba. Eles conseguiram acabar com as florestas do Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia. Desaparece, pela sua ação depredadora, uma infinidade de espécies vegetais de maior valor, inclusive o jacarandá, mais cobiçada árvore do universo".

Se nós capixabas conseguimos desaparecer da fase do universo espécies vegetais de existência única, o que dizer dos documentos elaborados por nós mesmos, por sinal também únicos e, ironicamente,

camente feitos da mesma celulose?

Uma afirmação precisa ser feita, que todo mundo sabe, mas que é educado dissimular: os arquivos capixabas vem sendo destruídos. E esta situação, não sendo exclusiva dos arquivos, constitui fato mais triste ainda: os restos arqueológicos aqui existentes vem sendo sistematicamente aniquilados; o Espírito Santo é uma terra que em pleno ano de 1979 não possui um museu digno deste nome, com a única exceção do Museu do Colono em Santa Leopoldina.

Podemos explicar historicamente o posicionamento da comunidade capixaba perante os seus documentos. É um processo que tem suas raízes na vida colonial. Já se disse que o mais difícil de ser mudado é a mentalidade de um povo. De modo geral o povo capixaba não conhece o que seja verdadeiramente arquivo. Não sabe que é dono dos arquivos públicos, que os governos administram em seu nome.

A própria documentação privada vem sendo destruída. Quando um empreendimento privado atravessa uma fase de graves dificuldades é comum que os seus responsáveis se interessem pelo desaparecimento de muitos papéis, geralmente com intenção criminoso. Mas também se percebe que se uma empresa vai de vento em popa, os seus proprietários gostam de manter organizados os arquivos. Sentem orgulho de documentar o seu início, procuram exibir os papéis como prova de suas atividades passadas, tentando recuperar mesmos aqueles por ventura extraviados.

### Documento é documento

Mas é preciso dizer que o capixaba, mesmo destituído de maior cultura formal, escolar, dá um certo valor ao documento. Em nossa terra são encontradas expressões como "documento é documento", "pode escrever o que estou dizendo", "palavras o vento leva, mas o que está escrito não". São expressões indicadoras da importância que o povo confere ao documento escrito. Na ânsia de fixar no papel informações importantes, o povo mitifica o documento. É certo que a comunidade só fixa em documento o que considera importante. Pode-se afirmar, pedindo licença aos profissionais da psicologia social, que os capixabas destroem documentos por ignorância, e vergonha. Ignorância, analfabetismo existem de um lado e são fatores preponderantes

nesta destruição. Administradores e pessoas tem geralmente ojeriza, repulsa a tudo que é documento velho. Mal comparando, é como um indivíduo que tem vergonha do seu passado, que procura esquecê-lo. Temos também a mitificação do documento, que nos nossos dias também contribui, paradoxalmente, para destruí-lo. Como já ficou dito antes: onde se guarda tudo, não se guarda nada.

Quando um funcionário público, por exemplo, não procura selecionar os seus processos, não abre mão de sua papelada inútil, está contribuindo para malbaratar a documentação valiosa que junto com ela existe.

Modernamente, os arquivos vem assumindo novas tarefas, o que fatalmente irá se refletir no Espírito Santo. Aqui cabe uma citação do dr. Raul Lima:

"No caso das transmissões televisivadas, o *tape* nos permite ver mais tarde o que foi visto horas antes, ver de novo daqui a anos. A geração futura poderá igualmente ver o que a atual está vendo se houver um bom arquivamento de *tapes*".

"Ora, o que ocorre agora com os instrumentos da avançada tecnologia eletrônica vem ocorrendo, há séculos, com o material mais difundido e abundante — o documento escrito em papel, para não falar nos outros que o precederam, desde o mais vetusto — a pedra. É a guarda do documento, dos documentos em séries e coleções, para uso intenso e imediato das atividades cotidianas ou para o sereno e metucioso estudo do ontem, num e noutro caso com assegurado préstimo para amanhã, que caracteriza o arquivo como fonte e, além de fonte, como veículo de comunicação": (Da Problemática da Documentação Histórica — Rio de Janeiro — 1974).

Sabemos todos que, no País, graves problemas (sobretudo em áreas prioritária como a saúde e a educação), têm sido enfrentados pelos diversos governos e muitos destes problemas estão longe de ser resolvidos. Então não podemos exigir de nós mesmos que os arquivos (durante tantos anos abandonados) funcionem às mil maravilhas, num simples toque de mágica. Nem podemos exigir que a comunidade coloque o arquivo como centro de suas atenções. Mas também não se admite os papéis servindo somente como lixo ou para escárnio geral. E papéis produzidos pelos que, antes de nós, deram muito de si por este Espírito Santo.

### Perigo do Comodismo

Não se pode assumir a posição de pessoas que afirmam: "Se os capixabas destroem documentos, não importa! Pelo menos ficará como traço característico de nossa época que fomos destruidores de documentos!" É uma posição comodista e perigosa.

Comodista porque se conforma com a realidade presente e não cuida de modificá-la para melhor. Não é por mera coincidência que dois grandes estadistas espírito-santenses, dois administradores dinâmicos e de visão, como o foram Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos, valorizaram os documentos capixabas com as soluções da época. O primeiro criando o Arquivo Público e encarregando sua organização a ilustres homens públicos. O segundo, quase vinte anos após, dotando a instituição de sede própria e encarregando sua reorganização a outros ilustres homens públicos. Estes dois presidentes do Estado, ou pelo menos suas equipes de governo, sabiam o quanto é importante preservar e organizar o patrimônio arquivístico capixaba. Se eles tivessem se omitido, possivelmente estaríamos hoje a lamentar a perda de valiosos documentos que as gerações passadas nos legaram.

A tal posição, além de comodista, é perigosa porque, hoje em dia, preservar os arquivos é questão de sobrevivência para nossa comunidade. Se parte substancial dos documentos capixabas for destruída, as atividades públicas e privadas, em nosso Estado não poderão ser exercidas a contento. Guardadas as proporções, é como se uma pessoa perdesse sua memória, a história de sua existência, com todas as passagens que servem de pontos de referência, que formam sua personalidade.

Então, se o Espírito Santo perder, mesmo em parte, seus documentos de valor, estará condenado a possuir uma história mutilada, quer dizer, terá desfigurada sua própria identidade. E se tivermos desfigurada nossa identidade, de nada adiantarão todos os esforços em prol do desenvolvimento. Em outras palavras: se a vida que existe nos documentos for perdida, estaremos sofrendo um grande revés na luta pelas nossas vidas e pela construção do futuro.



# Lista bibliográfica

Os interessados no desenvolvimento de pesquisas sobre patrimônio histórico capixaba estarão subsidiados pelo trabalho da bibliotecária Conceição Almeida. O material apresentado encontra-se à disposição na Biblioteca da Fundação Jones do Santos Neves.

## Índios:

- 1 ANATOMIA de um líder rebelde. *A Gazeta*, Vitória, 20 jun. 1979.
- 2 CAVALCANTI, Mariza Curtolo. Uma tentativa para evitar o extermínio da cultura indígena. *A Tribuna*, 17 1978. p.5.
- 3 A COMUNIDADE indígena de Caieiras Velhas; relatório do estudo sócio-econômico realizado na comunidade e a cências. *UFES Rev. Cult.* Vitória, 1(2): 19-20, set. 1979. Edição especial.
- 4 EM DEBATE o índio. *A Gazeta*, 13 dez. 1978. Cad. 2, p. 10.
- 5 ESPECIALISTAS condenam projeto de emancipação indígena. *Jornal do Brasil*, 3 dez. 1978. p. 22.
- 6 LUCENA, Eliana. Uma nova ameaça ao patrimônio indígena. *O Estado de São Paulo*, 12 nov. 1978. p. 50.
- 7 MEDEIROS, Rogério. O massacre dos botocudos. *Espírito Santo Agora*, Vitória (22): 12-20, jan./fev. 1978.
- 8 MITCHEL, José. A equação da insensatez; mais índios igual a menos terra. *Jornal do Brasil*, 5 maio 1978. Cad. p.7.
- 9 ROCHA, Gilda. Aldeamento Imperial Afonsino. *UFES Rev. Cult.* Vitória, 1(2): 48-53, jun./jun. 1979. Edição especial.
- 10 TUPINIQUIM perde suas terras para especuladores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1977. p.47.
- 11 OS TUPINIQUINS no ES; o melancólico crepúsculo de uma raça. *A Tribuna*, Vitória, 27 jul. 1975. 3. cad.

## Museus:

- 12 FRANÇA. Ministério da Cultura e Meio Ambiente. Direção dos Museus. *Prevenção e segurança nos museus*. Rio de Janeiro, Associação dos Membros do ICOM. Comitê Técnico Consultivo de Segurança, 1978. 216 f.
- 13 PALÁCIO Anchieta será transformado em Museu. *A Gazeta*, Vitória, 15 fev. 1977. p.6.
- 14 ROCHA, Roberto. O difícil nascimento de um Museu. *A Tribuna*, Vitória, 6 de maio 1977. 2. cad. p. 13.
- 15 NAS RUAS de São Paulo, um museu mostra à população sua cidade. *Arquiteto Schema*, 5(44): 8-9, mar. 1977.

## Patrimônio:

- 16 AMINÉSIA cultural, arquitetos sugerem iniciativas. *Arquiteto*, São Paulo, Schema, 3(27): 10-11, ago. 1975.
- 17 ATLAS dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais-Circuito de Diamante. *Fund. J. P. Belo Horizonte* 8(10) 8(12) 9(2).
- 18 BERTOLDI, Clodomir. Igrejas: um patrimônio abandonado. *A Gazeta*, 9 mar. 1977. Cad. 2. p. 1.
- 19 BRASIL. Secretaria de Planejamento. *Manual de instruções-programa de cidades históricas*. Brasília, 1977. 157 f.
- 20 OS DOCUMENTOS do Arquivo Público do Município de Vitória. Vitória, 1976. 150 p.
- 21 ESPÍRITO SANTO: um estado que perde a memória. *A Gazeta*, Vitória, 17 out. 1976. p. 8.
- 22 FONSECA, Fernando L. O acervo arquitetônico de Salvador e recôncavo. *C. J. Arquitetura*, Rio de Janeiro, 3(10-21, 1975).
- 23 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Desenvolvimento Urbano. *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana-relatório síntese*. Belo Horizonte, 1975. 67 f.
- 24 FUNDAÇÃO J. P. Diamantina: patrimônio cultural. *Belo Horizonte*, v. 9, n. 7, 1979. Número especial.
- 25 FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Patrimônio histórico da Grande Vitória*; edificações a serem preservadas na Serra. Vitória, 1978. 100 f.
- 26 ———. *Patrimônio histórico da Grande Vitória*; edificações a serem preservadas em Viana. Vitória, 1978. 91 f.
- 27 ———. *Patrimônio histórico da Grande Vitória*; edificações a serem preservadas em Vila Velha. Vitória, 1978. 73 f.
- 28 ———. *Patrimônio histórico da Grande Vitória*; edificações a serem preservadas em Vitória. Vitória, 1978. 22 f.
- 29 ———. *Programa de valorização do patrimônio histórico capixaba*; projeto de reabilitação da área do Porto de São Mateus. Vitória, 1978. 155 f.
- 30 IGARASSU; proposições urbanológicas. Recife, MINTER/SUDENE/MEC/UFPe, 1974.
- 31 IGREJA dos Reis Magos pode vir a ser um museu. *A Tribuna*, Vitória, 10 ago. 1979.
- 32 MEDEIROS, Rogério. A esquecida memória capixaba. *A Gazeta*, Vitória, 22 maio, 1976. Cad. 2.
- 33 MEMÓRIA histórica e artística do Estado está sendo destruída. *A Gazeta*, Vitória, 1. abr. 1979.
- 34 MINAS terá núcleo de irradiação para proteger bens culturais. *Fund. J. P. Belo Horizonte*, 6(3): 2-6, mar. 1976.
- 35 NEGRO, Carlos del. *Escultura ornamental barrôca do Brasil*; portadas de Igrejas de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1961. 2 vols.
- 36 NEVES, Guilherme Santos. Em defesa da memória capixaba. In: *Simpósio de História-Anais*. Vitória, 1973. 5(44-9).
- 37 NORDESTE: novas propostas contra a destruição do patrimônio. *Arquiteto*, 3(28): 13, set. 1975.
- 38 PALACKY, Ana Cristina. O tombamento e a cultura urbana. *Rev. Adm. Mun.* Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 25 (146): 20-33, jan./mar. 1978.
- 39 UM PASSADO histórico e um futuro incerto. *A Tribuna*, Vitória, 12 fev. 1977. 2. cad. p. 11.
- 40 PATRIMÔNIO de quem? *Espírito Santo Agora*, Vit. 7 (37): 25-7, ago. 1979.
- 41 PORTO de São Mateus: uma novela burocrática? *A Gazeta*, 28 set. 1976. p. 9.
- 42 PREFEITURA manda demolir casarão do século passado. *A Tribuna*, Vitória, 23 abr. 1977. p. 8.
- 43 PRESERVAÇÃO do patrimônio histórico e artístico latino-americano. *Arquitetura*, Rio de Janeiro, Instituto de Arquitetos do Brasil (72-73): 23-5, jun./jul. 1968.
- 44 PROJETO da PMV visa fazer levantamento histórico da cultura de Vitória. *A Tribuna*, Vitória, 16 jun. 1979.
- 45 RONAI, Cora. De roupa nova, o antigo IPHAN prepara-se para recuperar de vez a memória Nacional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1979. Cad. B, p. 10.
- 46 SILVA FILHO, Olavo Pereira. Projeto de restauração e adaptação para museu de arte sacra da Matriz de S. Antônio de Paracatu. *Fund. J. P. Belo Horizonte*, 9(6): 330-409, jun. 1979.
- 47 SOEIRO, Renato. Rodrigo e o patrimônio. *MÓDULO* (41): 20-6, dez./jan. 1975/76.
- 48 VASCONCELOS, Sylvio de. Roteiro para o estudo do barroco em Minas Gerais. *Arquitetura*, Rio de Janeiro, Instituto de Arquitetos do Brasil (78): 14-8, dez. 1968.

# fundação jones santos neves

## Trabalhos elaborados

- Programa de Apoio à Política de Desenvolvimento Urbano
- Grande Vitória: Situação Financeira dos Municípios
- Grande Vitória: Sistema de Transporte Aquaviário
- Grande Vitória: Apoio à Demarcação dos Grandes Projetos - Algumas Prioridades
- Grande Vitória: Centro de Animação de Carapina
- Grande Vitória: Dimensionamento e Localização do Novo Terminal de Passageiros
- Estrutura Demográfica do Espírito Santo - 1940/2000
- Estudo Preliminar do Parque Metropolitano de Camburi
- Treinamento de Recursos Humanos para o Planejamento Urbano
- I Curso de Desenvolvimento Urbano e Regional
- Algumas Prioridades Imediatas para o Desenvolvimento do Turismo no Espírito Santo
- Pense e Fotografe sua Cidade
- Plano Diretor Urbano de Conceição da Barra - 1977/1990
- Regionalização: Uma Proposta de Organização Territorial do Estado do Espírito Santo para Fins de Programação
- Projeto Piloto de Jacaraípe
- Programa de Financiamento de Teses e Dissertações
- Projeto de Reabilitação da Área do Porto de São Mateus
- Sistema Cartográfico da Grande Vitória
- Revista da Fundação Jones dos Santos Neves
- Lazer na Grande Vitória
- Estudo de Valorização do Patrimônio Histórico e Natural da Grande Vitória
- Programa de Ação Imediata em Transporte e Trânsito na Grande Vitória
- Aspirações das Lideranças Municipais no Estado do Espírito Santo
- Plano Diretor de Alegre
- Série Documentos Capixabas 1 - Espírito Santo: Documentos Coloniais
- Cobertura Aerofotogramétrica da Microrregião Homogênea de Vitória e Áreas Vizinhas - Escala 1:20.000
- Cobertura Aerofotogramétrica da Aglomeração Urbana da Grande Vitória - Escala 1:5.000
- Série Documentos Capixabas 2 - Documentos Administrativos Coloniais
- Série Documentos Capixabas 3 - A Indústria de Energia Elétrica no Espírito Santo - 1889/1978
- Série Documentos Capixabas 4 - Informações Bibliográficas
- Plano Diretor Urbano de Vitória
- Programa de Ordenamento Urbano do Município de Conceição do Castelo
- Projeto Análise Ambiental da Região de Vitória - Estudo da Erosão volume 1 - Mapa de Vegetação
- Projeto de Manguezais da Grande Vitória
- Cadastro Industrial Ambiental da Grande Vitória
- Proposta de Intervenção para o Assentamento Urbano Subnormal Maria Ortiz
- Igreja dos Reis Magos: Proposta de utilização
- Plano Regional de Nova Venécia

## Em elaboração

- Plano Diretor Urbano do Município de Vila Velha
- Proposta de Ordenamento Urbano do Município da Serra
- Programa de Cooperação para Incentivo à Pesquisa Regional
- Programa de Cidades de Porte Médio - Governo do Estado do Espírito Santo/BIRD
- Projeto Análise Ambiental da Região de Vitória - Estudo da Erosão - volume II - Geologia e Pedologia
- Planos Regionais do Espírito Santo
- Vila Velha: Relatório sobre a Situação Atual de Favelas e Bairros Populares Carentes
- Localização e Dimensionamento da Rede Escolar na Grande Vitória
- Série Documentos Capixabas 5 - Constituições do Estado do Espírito Santo
- Série Documentos Capixabas 6 - Iconografia Capixaba do Século XIX.
- Informações Básicas para o Planejamento Urbano

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
BIBLIOTECA